

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

GÉRSO OBEDE ESTEVÃO MUITANA

ADAPTAÇÃO CULTURAL E VALIDADE DE CONTEÚDO DA PROVA DE  
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA POR PRODUÇÃO ORAL (PCFO) PARA O  
CONTEXTO MOÇAMBICANO

São Paulo

2020

GÉRSON OBEDE ESTEVÃO MUITANA

ADAPTAÇÃO CULTURAL E VALIDADE DE CONTEÚDO DA PROVA DE  
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA POR PRODUÇÃO ORAL (PCFO) PARA O  
CONTEXTO MOÇAMBICANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento

ORIENTADORA: Profa. Dra. Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato

São Paulo

2020

M953a      Muitana, Gérson Obede Estevão.  
Adaptação cultural e validade de conteúdo da prova de  
consciência fonológica por produção oral (PCFO) para o contexto  
moçambicano / Gérson Obede Estevão Muitana.  
79 f. ; 30 cm  
Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) –  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.  
Orientadora: Cibele Albuquerque de la Higuera Amato.  
Referências bibliográficas: f. 58-65  
1. Adaptação cultural. 2. Validade de conteúdo. 3. Consciência  
fonológica. I. Amato, Cibelle Albuquerque de la Higuera,  
*orientadora*. II. Título.

CDD 616.8553

## Folha de Identificação da Agência de Financiamento

**Autor:** Géron Obede Estevão Muitana

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em** Distúrbios do Desenvolvimento

**Título do Trabalho:** Adaptação cultural e validade de conteúdo da Prova de Consciência Fonológica por produção Oral (PCFO) para o contexto moçambicano

O presente trabalho foi realizado com o apoio de <sup>1</sup>:

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/Indústria:
- Outro:

<sup>1</sup> **Observação:** caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

GÉRSON OBEDE ESTEVÃO MUITANA

ADAPTAÇÃO CULTURAL E VALIDADE DE CONTEÚDO DA PROVA DE  
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA POR PRODUÇÃO ORAL (PCFO) PARA O  
CONTEXTO MOÇAMBICANO

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em do Distúrbios do  
Desenvolvimento da Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, como requisito  
parcial à obtenção de título de Mestre em  
Distúrbios do Desenvolvimento

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



---

Profa. Dra. Alessandra Gotuzzo Seabra  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



---

Profa. Dra. Ana Luiza Pereira Gomes Pinto Navas  
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

À Deus pela vida e a minha família que sempre esteve do meu lado e sempre me incentivou durante toda a minha caminhada acadêmica

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa para mim um dos maiores acontecimentos da minha vida, desde como ele foi concebido até esta etapa final, e muita gente fez parte deste percurso de aprendizagem que gostaria tanto de agradecer. Assim, Quero agradecer:

Primeiramente a Deus todo poderoso pelo dom da vida e saúde que me concedeu durante toda a realização Mestrado. A CAPES e ao Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos pela concessão da bolsa.

À minha Orientadora, Profa. Dra. Cibelle, por todos ensinamentos e direcionamentos na concepção do projeto e ajuda quando sempre precisei de apoio. E a Profa. Dra. Alessandra Seabra e Profa. Dra. Ana Luiza Navas, pelas contribuições pertinentes e necessárias durante a minha banca de Qualificação e de Defesa.

Aos Professores Luiz Renato e Alessandra Seabra, anterior e atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios de Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie pela atenção especial durante o Mestrado. Aos Professores Fernando Capovilla e Alessandra Seabra, autores da PCFO, pela autorização para adaptá-la para Moçambique.

A todos os Professores do Programa, Maria Cristina, Ana Osório, especialmente ao Professor Eliseu e a toda a sua equipe do Laboratório de Neurociências, onde tive e tenho muitas aprendizagens. Aos Professores Salomão e Paulo e suas equipes pelos inúmeros ensinamentos no laboratório TEA-Mack e de Neurociências. A todos os colaboradores da secretaria do programa, especialmente a Daniella e Jacqueline por todo o suporte administrativo. E a todos os colegas, especialmente ao Gabriel, Amanda, João, Jéssica, Adriana, Luiza, Lia, Luciana, Fernando, Lilian e os demais pelos ensinamentos e partilha de conhecimento.

Aos amigos moçambicanos residentes no Brasil, Rogério, Sara, Belarmina, Marcial, Destinado, Fortunato pela atenção e ajuda. À toda minha família em Moçambique, meus pais Estevão Muitana e Maria Luísa e meus irmãos Eliana, Neves, Miro e Sara. E a minha família no Brasil, minha esposa amada Clementina e a minha pequena Méglec pelo amor, suporte e por me fazer esse homem que hoje sou.

A todos Professores Moçambicanos Natércia, Etelvino, Rómulo, Cipriano e Alexandra e especialmente o Alcídio que contribuiu bastante para a realização deste projeto. E a minha família em Cristo da Igreja Peniel de Osasco, família Barros, Meneses, Souza e Inês pelos conselhos encorajamento. Sou grato a todos!

O investimento na primeira infância é uma estratégia eficaz para o crescimento econômico (James Heckman).



## RESUMO

Dificuldades de aprendizagem referem-se a um grupo heterogêneo de problemas, capazes de impossibilitar assimilação de conteúdos acadêmicos. Um dos fatores apontados é relacionado ao próprio indivíduo, podendo ser identificados precocemente na idade pré-escolar por meio de avaliação de habilidades preditoras de desempenho acadêmico. Uma dessas habilidades é de consciência fonológica, conhecida como capacidade de segmentar os sons da fala. Contudo, para sua avaliação, é necessário ter instrumentos com evidências de validade e fidedignidade. No caso da população moçambicana, não existe nenhum instrumento desenvolvido ou adaptado para avaliação desta habilidade importante. Por conta disso, este estudo tem por objetivo realizar uma adaptação cultural da Prova de Consciência Fonológica por produção Oral para o contexto moçambicano. O processo compreendeu duas fases, nomeadamente: equivalência semântica realizada por nativos e validação de conteúdo realizada por juízes e especialistas. Nas duas fases foram sugeridas mudanças de palavras e expressões que depois foram alteradas no instrumento e produzida a versão final. A concordância dos juízes e especialistas por meio do Índice de Validade de Conteúdo foi de 0,96, índice considerado ótimo. Sendo assim, considera-se que o instrumento apresenta evidências de validade de conteúdo. Contudo, salienta-se que estudos posteriores precisam ser conduzidos para verificar outros parâmetros de validade, fidedignidade e de normatização do instrumento adaptado. Portanto, espera-se que o instrumento contribua para avaliação da consciência fonológica em Moçambique e que acima de tudo a habilidade faça parte das atividades de estimulação e intervenção em crianças pré-escolares com objetivo de reduzir os índices de dificuldades de aprendizagem posteriores.

**Palavras-chave:** adaptação cultural. validade de conteúdo. consciência fonológica

## ABSTRACT

Learning disabilities refer to a heterogeneous group of problems, capable of making it impossible to assimilate academic content. One of the factors pointed out is related to the individual himself, and can be identified early in preschool age through the evaluation of academic performance predictor skills. One of these skills is phonological awareness, known as the ability to segment the sounds of speech. However, for its evaluation, it is necessary to have instruments with evidence of validity and reliability. In the case of the Mozambican population, there are no instruments developed or adapted to assess this important skill. Because of this, this study aims to make a cultural adaptation of the Phonological Awareness Test by Oral Production to the Mozambican context. The process comprised two phases, namely: semantic equivalence performed by natives and content validation performed by judges and experts. In both phases changes of words and expressions were suggested and then the final version was produced. The agreement of the judges and experts through the Content Validity Index was 0.96, an index considered optimal. Thus, the instrument is considered to present evidence of content validity. However, it should be noted that further studies need to be conducted to verify other parameters of validity, reliability and standardization of the adapted instrument. Therefore, the instrument is expected to contribute to the evaluation of phonological awareness in Mozambique and that, above all, the skill is part of the stimulation and intervention activities in preschool children with the aim of reducing the rates of later learning disabilities.

**Keyword:** cultural adaptation. content validity. phonological awareness

**LISTA DE ABREVIATURAS**

PCFO	Prova de Consciência Fonológica por produção Oral
DA	Dificuldades de Aprendizagem
CF	Consciência Fonológica
IVC	Índice de Validade de Conteúdo

## SÚMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	14
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
3.1. HABILIDADE DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA.....	15
3.2. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR MOÇAMBICANA.....	17
3.3. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MOÇAMBIQUE.....	19
3.4. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA.....	20
3.5. ADAPTAÇÃO CULTURAL DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	22
3.6. EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	23
3.6.1. <b>Validade de Conteúdo</b> .....	24
3.6.2. <b>Índice de Validade de Conteúdo</b> .....	25
<b>4. MÉTODO</b> .....	27
4.1. SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	27
<b>5. PROCEDIMENTOS</b> .....	28
5.2. PROCESSO DE ADAPTAÇÃO CULTURAL.....	29
5.2.1. <b>Fase 1: Equivalência semântica por nativos</b> .....	29
5.2.2. <b>Fase 2: Validação de Conteúdo por juízes e especialistas</b> .....	29
5.3. COLETA DE DADOS.....	30
5.3.1. <b>Instrumentos</b> .....	30
5.3.1.1. Prova de Consciência Fonológica por produção Oral.....	30
5.3.1.2. Questionário de equivalência semântica para nativos.....	32
5.3.1.3. Questionário para Juízes e Especialistas.....	32
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	33
<b>7. RESULTADOS</b> .....	35
7.1. EQUIVALÊNCIA SEMÂNTICA.....	35
7.2. VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO.....	36
7.3. ALTERAÇÕES E SUGESTÕES REALIZADAS PELOS ESPECIALISTAS.....	46
<b>8. DISCUSSÃO</b> .....	49
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE.....	66
<b>ANEXO</b> .....	77

## 1. INTRODUÇÃO

Dificuldades de Aprendizagem (DA) referem-se a um grupo heterogêneo de problemas capazes de dificultar possibilidades de assimilação de conteúdos acadêmicos numa determinada pessoa. São influenciadas por fatores relacionados à escola, família e ao próprio aprendiz (FARIA; TORTELLA, 2015). No que diz respeito ao aprendiz, deficits na habilidade de consciência fonológica (CF) têm sido apontados como sendo um dos fatores relacionados as dificuldades, pois muitos estudos têm evidenciado que esta habilidade é importante preditor de leitura, escrita e matemática em diversos anos escolares.

A CF é uma habilidade que consiste em refletir sobre os segmentos sonoros do que falamos. Ou seja, é a capacidade de detectar e manipular sons, sílabas e palavras; enquanto seu subconjunto (CIESIELSKI; CREAGHEAD, 2020). É uma habilidade do processamento fonológico que tem sido relatada como sendo muito importante para um bom desempenho acadêmico. Estudos têm mostrado a relação entre a CF e habilidades acadêmicas de leitura (SANTOS; BARRERA, 2017; WISE; D'ANGELO; CHEN, 2016); de escrita (STEFANINI et al., 2013), e de habilidades matemáticas (BOUZA et al., 2015; JORDAN; WYLIE; MULHERN, 2010).

Por conta da sua importância para o desempenho acadêmico, uma das estratégias para além da estimulação têm sido avaliar crianças nos anos iniciais de alfabetização, usando instrumentos padronizados para identificar as que possam estar em risco para possíveis dificuldades no futuro. Contudo, em realidades onde não existem instrumentos para esta avaliação, uma das recomendações tem sido realizar adaptação cultural por conta de ser vantajosa em relação a custos e possibilitar intercâmbio entre a comunidade científica, se comparado com o desenvolvimento de um novo instrumento. Por outro lado, reforça-se ainda que esta adaptação siga etapas específicas e obedeça a um certo rigor metodológico. Uma dessas etapas é a validação de conteúdo que procura verificar se quando adaptado, o instrumento continua mensurando o mesmo construto (PASQUALI, 2013).

Tal como referido anteriormente, há um conjunto limitado de medidas standardizadas com dados normativos principalmente nos primeiros anos de vida (HEFFELFINGER; KOOP, 2009). Mesmo a nível internacional, são poucas baterias de avaliação

neuropsicológica para crianças em idade pré-escolar (RATO; CALDAS, 2010), e Moçambique encontra-se dentro desta realidade.

Da experiência que o autor tem na prática clínica e docência naquele país, verificou-se que para além de fraca pesquisa há grande escassez de instrumentos de avaliação desenvolvidos ou adaptados com estudos de validade e normatizados. Dos instrumentos existentes quase nenhum é voltado para avaliação da CF, embora muitas crianças continuem apresentando dificuldades ou transtornos de aprendizagem e cuja causa apontada seja o défice de habilidades preditoras de desempenho acadêmico antes da entrada na escola, segundo dados de alguns estudos encontrados (NHAMPOSSA, 2018; UNESCO, 2007, 2012).

No contexto brasileiro por exemplo, a produção científica em relação a CF está mais desenvolvida em relação a Moçambique. Para além disso existe uma proximidade histórica, cultural e de idioma (MORAIS, 2019), e as duas variedades linguísticas compartilham o mesmo léxico básico (PETTER, 2008, 2009). Olhando-se para estes aspectos vantajosos, foi possível mapear instrumentos existentes naquele país, e verificou-se que a Prova de Consciência Fonológica por produção Oral - PCFO, desenvolvida pela Profa. Dra. Alessandra Gotuzo Seabra e Prof. Dr. Fernando César Capovilla possuía evidências de validade e fidedignidade, dados normativos e consistência nos seus resultados. Todos esses aspectos contribuíram bastante para que se diminuíssem etapas para a obtenção do instrumento e que a PCFO fosse a escolhida para a adaptação cultural.

Portanto, como referido anteriormente, no contexto moçambicano há ainda grande falta de instrumentos para avaliação da CF. O Ministério da Educação tem se preocupado para garantir qualidade de ensino no nível primário porque reconhece que maior parte das crianças não aprendem a ler, a escrever e a fazer o cálculo numérico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MINED, 2012). Portanto, este estudo tem objetivo de realizar adaptação cultural e validação de conteúdo da PCFO para o contexto moçambicano. É um instrumento que será útil do ponto de vista social e acadêmico. Pois será o primeiro a existir naquele país esperando-se que contribua grandemente na avaliação psicológica e principalmente no rastreio de preditores de desempenho acadêmico. E que estudos futuros verifiquem outras medidas de validade, confiabilidade e dados normativos para o uso clínico e pesquisas científicas.

## 2. OBJETIVOS

### *Geral*

Adaptar culturalmente a Prova de Consciência Fonológica por produção Oral para o contexto moçambicano.

### *Específicos*

Realizar a validade de conteúdo da PCFO através da equivalência semântica do português falado no Brasil para o português falado em Moçambique.

Verificar a concordância do comitê de juízes e especialistas em relação aos itens da PCFO adaptada por meio do cálculo o Índice de Validade de Conteúdo (IVC).

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. HABILIDADE DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

CF é a capacidade de segmentar de modo consciente sons da fala em suas menores unidades. Ela permite manipular e refletir sobre as unidades de som no idioma falado (CHUNG et al., 2017) ou analisar e refletir explicitamente e de forma consciente sobre a estrutura ou segmentos fonológicos da linguagem oral (BARRERA; MALUF, 2003; CAPOVILLA; DIAS; MONTIEL, 2007; CARDOSO-MARTINS; MICHALICK; POLLO, 2002; PESTUN, 2005; RISSO et al., 2015; SIM-SIM, 1998; STEFANINI et al., 2013).

A CF é a reflexão de que a língua falada pode ser segmentada em pequenas unidades distintas, ou seja, que a frase pode ser segmentada em palavras, as palavras em sílabas e sílabas em fonemas e que palavras são constituídas por sequências de sons (por exemplo: a palavra “mesa” tem 4 fonemas, /m/, /e/, /s/ e /a/. Esta habilidade meta linguística, tem sido bastante relatada em diversos estudos como importante e necessária para aquisição da aprendizagem em várias etapas de aquisição da linguagem. Blomert e Csépe (2012) referem que é consensual que na fase inicial da aprendizagem da leitura, a CF está entre as habilidades preditoras chave.

Inúmeros estudos comprovam que a habilidade da CF é forte preditora de habilidades acadêmicas de leitura, escrita e matemática no início da escolarização. Em relação a habilidade de leitura, Capovilla, Capovilla e Suiter (2004) avaliaram 90 crianças brasileiras da primeira série e encontraram uma forte relação entre o desempenho em leitura e as habilidades de CF. Esses resultados corroboram com achados de Gaiolas e Martins (2017) que avaliaram a consciência fonológica, morfológica e sintática em 28 crianças portuguesas e mostrou que o grupo de alunos considerados como bons leitores, apresentavam correlações estatisticamente significativas para a CF no final do 2º ano de escolaridade. Um outro estudo avaliou 310 alunos tailandeses do 1º ao 3º ano concluiu que a CF previu significativamente a capacidade de leitura nesses alunos, mesmo após a idade, sexo, educação dos pais e conhecimento das letras terem sido levados em consideração (VIBULPATANAVONG; EVANS, 2019). Finalmente, Figueira e Botelho (2017) mostraram que a CF (síntese de fonemas) e o desempenho da leitura da língua portuguesa (leitura de palavras e pseudopalavras, compreensão de diferentes estruturas gramaticais, capacidade sintática, sinais de pontuação, e compreensão de frases) se relacionavam positiva e significativamente.



Para a habilidade de escrita, Macdonald e Cornwall (1995), numa pesquisa longitudinal realizada na Nova Escócia verificaram que habilidades de CF avaliadas no jardim de infância (por meio de teste de análise auditiva) tiveram efeito preditivo na escrita e na identificação de palavras 11 anos depois com o status socioeconômico e desenvolvimento de vocabulário controlados. Num outro estudo que investigou 317 crianças do ensino fundamental em diferentes regiões do Brasil concluiu que a consciência fonológica apresenta correlações positiva e significativa com a habilidade de escrita (SANTOS et al., 2017). Finalmente, Tenório e Ávila (2012) avaliaram 88 alunos da 1ª e 2ª séries e ao resultados mostraram que a CF foi preditora para a escrita principalmente para os alunos da 2ª série. Os mesmos autores sugerem que o treino da habilidade seja muito importante para o desenvolvimento da escrita em pré-escolares.

Na relação entre CF e a habilidade matemática, Pazeto et al., (2019) num estudo realizado com crianças brasileiras, mostram que a competência aritmética na 1ª série pode ser prevista de maneira consistente e robusta a partir de habilidades de linguagem, especialmente a CF na educação infantil. Por outro lado Pastén, Taverner e Fernández (2018) em um estudo com 76 crianças espanholas da 3ª série do ensino infantil chegou conclusão que a CF é um bom indicador da qualidade das representações fonológicas que permitem manipular as informações linguísticas contidas em problemas matemáticos desde tenra idade. Num estudo longitudinal foram avaliadas 256 crianças inglesas de 5 a 7 anos e os resultados mostraram que alunos que apresentam déficits em CF podem apresentar pelo menos alguma dificuldade na habilidade matemática, independentemente do nível geral de habilidade (JORDAN, WYLIE e MULHERN, 2010). Num outro estudo longitudinal, Pazeto (2016) avaliou habilidades preditoras de desempenho acadêmico e constatou que dentre outras habilidades a CF apareceu como importantes preditora nas habilidades de leitura, escrita e matemática. Segundo a autora, esse achado pode contribuir para chamar atenção sobre quais habilidades podem ser desenvolvidas na educação infantil visando o desempenho posterior das crianças no ensino formal.

Finalmente, Shanahan e Lonigan (2015) descreveram resultados de uma meta análise publicada em 2008 pela *The National Early Literacy Panel* (NELP) que buscou identificar habilidades e competências infantis que melhor predizem o desempenho

posterior na aprendizagem da leitura e da escrita. Os resultados apontaram que seis habilidades mostram correlações preditivas de moderadas a fortes com posteriores medidas de alfabetização, como decodificação e compreensão em leitura e escrita; conhecimento do alfabeto, consciência fonológica, nomeação rápida de letras/dígitos, nomeação rápida de objetos/cores, escrita do nome, e memória fonológica.

Todos estudos mencionados anteriormente trazem cada vez mais evidências sobre a importância da CF principalmente no início da alfabetização. Assim, a sua avaliação na pré-escola pode indicar resultados que podem ser usados como ferramentas importantes para delimitar estratégias de intervenções durante esta fase de desenvolvimento e sobre a importância de monitoramento da habilidade em idades precoces.

Por isso é muito importante que sejam realizadas intervenções nesta idade por conta da neuroplasticidade cerebral da criança e porque segundo Mecca, Antonio e Macedo (2012), nessa fase, as intervenções são mais eficaz e há maiores possibilidades das crianças apresentarem melhores prognósticos. Contudo vale lembrar que uma intervenção eficaz depende em parte de uma boa avaliação, e para tal, instrumentos ou testes confiáveis e com boas evidências de validade são necessários neste processo. Contudo, na realidade moçambicana, como já referido, não há instrumentos para avaliação da CF e os níveis de DA tem sido cada vez mais relatados por professores e profissionais da área. A seguir será caracterizado o Sistema Nacional de Educação moçambicana, descrevendo principalmente a educação pré-escolar e dados sobre DA encontrados em alguns estudos realizados naquele país.

### **3.2. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR MOÇAMBICANA**

Moçambique fica localizado a sul do continente africano possui uma população estimada em 26.899.105 e cerca de 11.1% (2.997.031) é representada por crianças de 3 à 5 anos (INTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE, 2019). Tal como muitos países do continente, o país teve fortes influências da colonização tendo alcançado a sua independência em junho de 1975. Desde meados de 1980, o país tem vivido profundas transformações sociopolíticas e econômicas. Com a assinatura do Acordo Geral da Paz, em outubro de 1992, a economia tem avançado permitindo mais investimentos nas áreas sociais, como educação e saúde (OLIVEIRA et al., 2012).

No setor da educação, as transformações de destaque ocorreram em 1983, com a introdução gradual do novo sistema educativo, com nova estrutura, novo currículo e novos livros escolares (OLIVEIRA et al., 2012). Em 1992 com a Lei nº 6/92, cria-se o Sistema Nacional de Educação (SNE), que atualmente é constituído por seis subsistemas de Educação: Pré-Escolar; Geral (da 1ª à 12ª classe); de Adultos; Profissional; de Formação de Professores e Ensino Superior (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1992).

O ensino pré-escolar é realizado em creches e jardins de infância para crianças em idade inferior a 6 anos e tem como objetivo estimular o desenvolvimento psíquico, físico e intelectual das crianças e contribuir para a formação da sua personalidade, integrando as crianças num processo harmonioso de socialização favorável ao pleno desabrochar das suas aptidões e capacidades (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1992). Segundo Pinto (2017), essa educação desenvolve na criança interesses próprios e ajudam a entender os aspetos que a rodeiam, nomeadamente, na descoberta dos aspetos cognitivos, afetivos, interpessoais e de inserção social fundamentais para seu desenvolvimento pleno e aprendizagem ao longo da vida.

O ensino pré-escolar moçambicano é facultativo. O Estado se responsabiliza por todas as modalidades de ensino, exceto o ensino pré-escolar. Esse ensino é assegurado por instituições, privadas ou comunitárias (TIMBANE, 2016). Foi devido à incapacidade do governo implementar este ensino no país, que fez com que firmasse parcerias com o setor privado (PINTO, 2017). Atualmente é realizado em creches (atendendo crianças dos 2 meses até aos 2 anos); jardins infantis e escolinhas (2 anos à 5 anos); centros infantis (2 meses à 5 anos) (PINTO, 2017). Apesar da existência de leis que regulam e do reconhecimento da importância da educação pré-escolar, o país continua com um défict enorme no que tange à disponibilização da rede assim como currículos sistemáticos e avaliações, embora note-se grande preocupação por parte do Governo e da sociedade para providenciar os serviços (PINTO, 2017). Há uma diversidade de materiais didático-pedagógicos e cada instituição infantil é livre de criar e adaptar os materiais e outros trazem experiências de outras realidades e a produção desse material pode ficar aquém do pretendido (FRANCISCO, 2015).

Um dos grandes desafios para profissionais que trabalham na área de intervenção em dificuldades de aprendizagem em Moçambique tem sido em relação a falta de

instrumentos de avaliação psicológica. Não existe até onde se sabe, um instrumento para avaliação sistemática das crianças em idade pré-escolar no que diz respeito a habilidades preditoras para leitura, escrita e matemática, principalmente a habilidade de CF. Sabe-se que existe uma prova que avalia a habilidade de crianças no ensino formal, “a provinha já sei ler!”. Ela avalia o desempenho em leitura, nas classes iniciais, mais especificamente aos alunos que frequentam a 3ª classe (equivalente ao 3º ano do Fundamental 1). Foi criada com o propósito de ser uma avaliação diagnóstica e formativa para aperfeiçoar as dificuldades dos alunos moçambicanos no que se refere à leitura em língua portuguesa (INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: INDE, 2012). Contudo, apesar da importância, ela é administrada numa fase de desenvolvimento não precoce, o que pode impossibilitar intervenções mais eficazes para prevenir ou minimizar dificuldades futuras (DIAS et al., 2013).

Não existindo instrumentos validados e padronizados para avaliação na pré-escola, muitas crianças e algumas delas provavelmente com algum risco são matriculadas na 1ª classe. O que pode acontecer neste caso, é que algumas podem correr sérios riscos de desenvolver possivelmente uma DA. Corroborando este fato, estudos da UNESCO realizados em países africanos concluíram que se as crianças não conseguem desenvolver bases na pré-escola, ou não tiverem oportunidades educativas adequadas, mais alta é a taxa de inconclusão do ensino primário, assim como mais altas são as taxas de reprovações (UNESCO, 2007, 2012). E embora não existam estudos em grande escala em Moçambique, pode se inferir que esta realidade assola muitas crianças naquele país como serão apresentados os dados a seguir.

### **3.3. DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MOÇAMBIQUE**

Como referido anteriormente, uma das grandes dificuldades para apresentar este tópico tem sido encontrar estudos realizados em grande escala naquele país, que ajudem a elucidar o real cenário sobre dificuldades de aprendizagem. Embora não se tenham encontrados estudos realizados na maior parte da população ou que sejam representativos, alguns podem ser apresentados. Estudos de ONGs que atuam no setor da educação realizados em diferentes partes do país chegaram à conclusão que menos de 10% dos alunos da 3ª classe têm as competências básicas de leitura e

escrita na língua portuguesa (EASTERN AFRICA CONSORTIUM FOR MONITORING EDUCATION QUALITY-SAQMEC, 2007; FUNDAÇÃO AGA KHAN, 2011).

Outro estudo que avaliou 9.901 crianças dos 7 aos 16 anos chegou à conclusão de que em relação a competências de leitura, 45 em cada 100 crianças não reconheciam as letras do alfabeto. Apenas 6 em cada 100 crianças concluíram com sucesso uma prova de leitura da 2ª classe. Apenas uma em cada 10 crianças conseguiu ler uma história simples da 2ª classe (TPC MOÇAMBIQUE, 2017). Em relação as competências de contagem e cálculo, o mesmo estudo mostrou que apenas 8 em cada 100 crianças fizeram operações básicas de divisão da 2ª classe. Apenas 6 em cada 100 crianças resolveram problemas básicos do nível da 2ª classe. Somente 2 em cada 10 crianças resolveram uma operação básica de adição da 2ª classe.

Esses dados têm contribuído também para aumento de desistências e aumento de níveis de reprovações. Cerca de 320 mil crianças desistiram no ano letivo 2011/12 e 420 mil não passaram de classe (EASTERN AND SOUTHERN AFRICA REGIONAL REPORT-ESAR, 2013; MINED, 2012; SAQMEC, 2007). Perante estes fatos alarmantes, embora não sejam representativos, mostram que algo está falhando. Alguns estudos que se tiveram acesso apontaram que dentre outras causas desses resultados, as crianças não estavam a ser adequadamente preparadas para beneficiar da escola primária (UNESCO, 2007, 2012), e apresentavam penúria de pré-requisitos logo na entrada para o ensino primário (NHAMPOSSA, 2018).

E por sua vez o Ministério da Educação tem reconhecido que há uma necessidade de melhorar a coordenação dos serviços prestados no ensino pré-escolar, no que diz respeito a qualidade e uniformização do currículo, provisão de material de aprendizagem, monitoria, supervisão, inspeção e avaliação (MINED, 2012). Como referido nos capítulos anteriores, uma das habilidades muito importante durante a pré-escola é de CF e que por conta da sua importância têm sido desenvolvidos em muitas realidades instrumentos para avaliação desta habilidade. A seguir serão apresentados alguns instrumentos desenvolvidos na realidade brasileira para avaliação da CF.

### **3.4. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA**

Os instrumentos de avaliação da CF fazem parte de um grupo de testes que investigam o funcionamento do cérebro e os processos cognitivos também chamados de neuropsicológicos. Por meio dessas provas na idade pré-escolar é possível

descobrir potencialidades e dificuldades da criança (LUCCA; MANCINE; DELL AGLI, 2008), e contribuir para um diagnóstico, prognóstico e planejamento de um programa de reabilitação adequado (TISSER, 2017), que podem trazer benefícios para o desenvolvimento da criança.

Tanto os instrumentos neuropsicológicos, como os demais, devem possuir parâmetros de validade e de fidedignidade para que os seus resultados possam ser confiáveis (COOK; BECKMAN, 2006). No caso do Brasil, onde foi desenvolvido este estudo, embora não tenha sido encontrado um estudo de referência que faz o levantamento de instrumentos existentes é possível perceber a existência de instrumentos que avaliam a consciência fonológica como por exemplo: o Roteiro de Avaliação da Consciência Fonológica (RACF) de Santos (1996); o Perfil de Habilidades Fonológicas de Alvarez, Carvalho e Caetano (2004); o CONFIAS: Consciência Fonológica - Instrumento de Avaliação Sequencial de Moojen et al. (2003); e a Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral (PCFO) de Capovilla e Capovilla (1998).

Dentre os instrumentos mencionados, a PCFO foi o instrumento escolhido para adaptação por ser um instrumento que apresenta evidências de validade e de fidedignidade (DIAS et al., 2013), dados normativos para a população brasileira (DIAS; TREVISAN; SEABRA, 2013) e existem inúmeros estudos com avaliação da CF usando o instrumento (DIAS et al., 2013; SUEHIRO; SANTOS, 2015). Todos estudos têm apontado os mesmos ganhos se comparados com estudos estrangeiros que empregaram outros instrumentos e procedimentos (SUEHIRO, SANTOS, 2015).

Portanto, a PCFO é uma prova administrada individualmente que tem como objetivo a avaliar a habilidade de CF por meio de 10 subtestes (que serão melhores descritos no método) e cada um composto por quatro itens e dois exemplos iniciais (CAPOVILLA, DIAS, MONTIEL, 2007; SEABRA, CAPOVILLA, 2012). A adaptação da prova seguiu etapas recomendadas na literatura da área nos casos gerais de adaptação cultural e especificamente nos casos em que o idioma de origem do instrumento é idêntico ao idioma de destino, ou seja, o idioma pelo qual o instrumento está sendo adaptado. No tópico a seguir será descrito como é realizado este o processo e os principais aspectos avaliados em cada etapa desse processo.

### 3.5. ADAPTAÇÃO CULTURAL DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A adaptação cultural de instrumentos tem sido revelada como sendo benéfica se comparada com a construção de um novo instrumento para além de facilitar a troca e intercâmbio de pesquisas. Na área da saúde é possível perceber um número crescente de questionários e escalas disponíveis que procuram verificar e avaliar determinados fenómenos (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Com o aumento do número de projetos de pesquisa multinacionais e multiculturais cresceu também a necessidade de adaptar medidas para uso em outros idiomas que não o idioma de origem (BEATON et al., 2000). Contudo, apesar desse aumento, Cano e Hobart (2011); Cano et al. (2004) e Chen et al. (2010) chamam atenção que a maior parte dos instrumentos não são desenvolvidos e validados de forma apropriada.

Os instrumentos são desenvolvidos com bases e propriedades psicométricas para uma determinada população e num determinado contexto, não podendo então ser usados para outra população que não tenha mesmas características da população pelo qual foi construído. Gjersing, Caplehorn e Clausen (2010) referem que faz se necessário adaptar o instrumento para a cultura do sujeito avaliado, possibilitando realizar mudanças em conteúdo e redação, além da tradução para o idioma desejado, porém, sempre mantendo as propriedades do instrumento. Hunt et al. (1991) referem que a adaptação de um instrumento para outra linguagem é um processo complexo que deve levar em consideração o idioma, o contexto cultural e o estilo de vida. Para além de que deve ter um tratamento equilibrado de considerações linguísticas, culturais, semânticas, contextuais e científicas sobre o constructo avaliado (GRASSI-OLIVEIRA; STEIN; PEZZI, 2006; SACCANI, 2009).

Para Fonseca et al. (2011), o processo de adaptação não se resume apenas na tradução do instrumento, uma vez que o idioma e a cultura interferem no processo de avaliação como um todo, desde a sua aplicação até o fornecimento de respostas e interpretação destas pelo examinador. Portanto, se determinado instrumento foi desenvolvido para um grupo particular de indivíduos com idioma e cultura específicos, a adaptação para um outro idioma requer inúmeros cuidados (DE MICHELI, 2000). Para a mesma autora, uma vez feita a tradução, existem poucas garantias de que as propriedades psicométricas do instrumento permaneçam constantes, por isso se faz necessária a validação do instrumento para uso na nova população.

Outro aspecto importante que deve ser considerado é sobre a qualidade da própria adaptação. Almeida (2013) refere que a qualidade é muito importante, porque garante que os resultados encontrados em uma população de cultura diferente da original não tenham sido comprometidos por questões de linguagem ou contexto cultural inadequados. Segundo Pasquali (1996), para garantir a qualidade da adaptação existem dois tipos de análise dos itens em etapas de tradução, adaptação cultural e validação, isto é, a teórica e a estatística. A teórica é realizada por juízes e tem por objetivo estabelecer a compreensão dos itens (análise semântica) e pertinência deles ao atributo (constructo) que pretende medir. A estatística é realizada por meio de estudos das propriedades psicométricas do instrumento para que seja considerado qualificado e tecnicamente adequado para confiar e fazer inferências nos seus escores.

Na análise teórica realizada por juízes e especialistas, (objetivo deste estudo), destacam-se estudos de validade. Eles referem-se à comprovação de que o teste de fato mede aquilo que se propõe (ANASTASI; URBINA, 2000). A tarefa dos juízes é fazer o julgamento da qualidade da tradução analisando se ela reflete adequadamente a sociedade e os costumes da língua-alvo (HAMBLETON, 2001). A seleção dos juízes e especialistas deve levar em consideração a experiência e a qualificação individual e recomenda-se a descrição dos critérios utilizados para esta seleção (LYNN, 1986).

Entre critérios destacam-se: ter experiência clínica; publicar e pesquisar sobre o tema; ser perito na estrutura conceitual envolvida e ter conhecimento metodológico sobre a construção de questionários e escalas (DAVIS, 1992; GRANT; DAVIS, 1997). E neste tipo de adaptação indica-se também a inclusão de pessoas leigas potencialmente relacionadas com a população do estudo para assegurar a correção de frases (TILDEN; NELSON; MAY, 1990; RUBIO et al., 2003).

### **3.6. EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO**

A validação é um fator determinante na escolha e/ou aplicação de um instrumento de medida (BITTENCOURT et al., 2011). Refere-se ao grau em que um instrumento realmente mede o que se propõe. Os estudos de validação implicam obter um conjunto de informações provindas de diversas fontes para identificar se o instrumento criado mede o que pretende medir ou, se quando adaptado, continua mensurando o mesmo construto (PASQUALI, 2003). É importante referir que a validade não é uma



característica do instrumento e deve ser determinada com relação a uma questão particular porque se refere a uma população definida (ROACH, 2006).

Os métodos mais mencionados para obtenção da validade de uma medida pelos psicometristas são a validade de construto, de critério e de conteúdo (PASQUALI, 2009), com características principais que as distinguem uma das outras. Neste estudo será abordada apenas a validade de conteúdo por ser o principal objetivo desta adaptação cultural.

### **3.6.1. Validade de Conteúdo**

A Validade de conteúdo ou de conceito se inicia no processo de associação entre conceitos abstratos com indicadores mensuráveis. Representa a extensão com que cada item da medida comprova o fenômeno de interesse e a dimensão de cada item dentro do fenômeno que se pretende investigar (KELLY et al., 2015). Constitui a forma direta de verificar a amplitude em que a medida corresponde à construção teórica do fenômeno a ser mensurado (PASQUALI, 2009). Num determinado instrumento, ela indica o quanto uma amostra de itens é representativa de um universo definido ou domínio de um conteúdo (POLIT; BECK, 2011), ou seja, se o teste inclui todos os itens necessários para representar o conceito a ser medido (SOUZA et al. (2017). Também determina o rigor do método a partir do qual foi criado o instrumento, o objetivo da medida para o qual ele foi proposto, o número e relevância dos itens propostos (FAYER; MACHIN, 2007; WALTZ; STRICKLAND; LENZ, 2017).

Este processo apresenta duas etapas: a primeira constitui o desenvolvimento ou adaptação do instrumento e a segunda envolve a análise e julgamento dos especialistas (RUBIO et al., 2003). A análise de especialistas é baseada necessariamente no julgamento realizado por um grupo de juízes experientes na área, aos quais caberá analisar se o conteúdo está correto e adequado ao que se propõe (MOURA et al., 2008) e verifica a relevância de cada item em seus respectivos domínios (PASQUALI, 2003; WALTZ; STRICKLAND; LENZ, 2017). Este julgamento, pode fornecer informações sobre a representatividade, clareza, objetividade, adequação e relevância de cada item do instrumento (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). É um procedimento bastante utilizado quando se desenvolve um novo instrumento e nos estudos de adaptação transcultural (POLIT; YANG, 2016). Seu valor pode variar de uma população para outra, entretanto, deve-se considerar a semelhança entre a

população estudada e o contexto (ECHEVARRÍA-GUANILO; GONÇALVES; ROMANOSKI, 2019).

Para realizar a validade de conteúdo podem ser usados pelo menos duas abordagens, geralmente qualitativa e quantitativa, denominada triangulação metodológica (MORSE, 1991). No caso de adaptação cultural, a abordagem qualitativa é realizada por meio de equivalências semântica, idiomática, conceitual e experimental (GUILLEMIN, 1995), com objetivo de garantir que a versão final do instrumento seja totalmente compreensível para a população alvo.

A equivalência semântica é relativa ao significado das palavras (vocabulário, gramática); a equivalência idiomática refere-se às expressões idiomáticas e coloquiais; a equivalência experimental aborda situações coerentes com o contexto cultural; e finalmente, a equivalência conceitual refere-se ao conceito explorado (GUILLEMIN; BOMBARDIER; BEATON, 1993). Nestas abordagens, o comitê pode modificar as orientações iniciais e o formato do instrumento, alterar ou rejeitar itens inadequados e até desenvolver novos itens (ALEXANDRE; COLUCI, 2011).

No caso da abordagem quantitativa, Kimberlin e Winterstein (2008) referem que não existe um teste estatístico específico para esta avaliação, um dos métodos mais usados na literatura para quantificar o grau de concordância entre juízes e especialistas é calculando-se o Índice de Validade de Conteúdo – IVC (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015). Em relação ao número de juízes que participam neste processo, ainda é discutida na literatura. Lynn (1986) considera ideal que o comitê seja composto por no mínimo de 3 especialistas. Outros consideram um número de cinco ou menos (ALEXANDRE e COLUCI, 2011), e outros ainda recomendam de 2 a 20 (TILDEN; NELSON; MAY, 1990). Para Lynn (1986), a decisão final sobre o número de especialistas necessários, deve se basear na experiência e no alcance de representação dos especialistas, porque muitas vezes é difícil, se não impossível, encontrar especialistas que atendam a todos os critérios.

### **3.6.2. Índice de Validade de Conteúdo**

Compreende um método muito utilizado na área de saúde (POLIT; BECK, 2006). Mede a proporção ou porcentagem de juízes que estão em concordância sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Segundo os mesmos autores, este método permite inicialmente analisar cada

item individualmente e depois o instrumento como um todo, usando uma escala tipo *Likert* com pontuação de 1 à 4.

A escala de valores para avaliar a clareza ou relevância podem incluir: 1 = item não equivalente ou não relevante; 2 = item necessita de grande revisão para ser avaliada a equivalência ou a relevância; 3 = item equivalente ou relevante, necessita de pequenas alterações; e 4 = item absolutamente equivalente ou relevante (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015; RUBIO et al., 2003). Outros autores sugerem: 1 = não claro; 2 = pouco claro; 3 = bastante claro; e 4 = muito claro (WYND; SCHMIDT; SCHAEFER, 2003), ou 1 = irrelevante à 4 = extremamente relevante (DEVON et al., 2007).

No fim desta avaliação, é calculado o escore do IVC de cada subteste ou itens da prova, por meio da soma de concordância dos itens marcados por “3” ou “4” pelos especialistas. Neste caso consiste em somar as respostas “3” e “4” marcados pelos participantes do comitê de especialistas e dividir o resultado dessa soma pelo número total de respostas (ALEXANDRE; COLUCI, 2011; GRANT; DAVIS, 1997). Desta forma, todos os itens que recebem pontuação “1” ou “2” devem ser revisados ou eliminados (SOUZA et al., 2017).

Para o cálculo do IVC de todo o instrumento não existe um consenso na literatura. Polit e Beck (2006) sugerem que os pesquisadores descrevam como realizaram o cálculo para o IVC total. No entanto os mesmos autores referem que uma das formas usadas tem sido pelo cálculo de média separadamente, isto é, somando-se todos os IVC separadamente e divididos pelo número de itens considerados na avaliação.

Os valores aceitáveis do IVC para que o subtestes ou item do instrumento seja considerado valido também é bastante discutido. Os níveis de concordância entre avaliadores aceitáveis sugeridos devem ser no mínimo de: 0,70 (DAVIS, 1992) e 0,80 (GRANT; DAVIS, 1997; SELBY-HARRINGTON et al., 1994; KNAPP; BROWN, 1995). Outros autores sugerem que deve ser preferencialmente de 0,80 e maior que 0,90 (POLIT; BECK, 2006). No caso do cálculo do IVC de todo o instrumento é recomendado que a concordância seja de no mínimo 0,80 (GRANT; DAVIS, 1997) e, preferencialmente, superior a 0,90 (POLIT; BECK, 2006). Quando o comitê for composto por seis ou mais juízes, recomenda-se uma taxa de concordância não inferior a 0,78 (LYNN, 1986; POLIT; BECK, 2006).

## 4. MÉTODO

Trata-se de estudo metodológico que realizou adaptação cultural de um instrumento brasileiro contexto moçambicano. Todos os procedimentos metodológicos e abordagens teóricas usadas, são descritas na literatura como propostas mais preconizadas em processos de adaptação de instrumentos, principalmente baseados nos estudos de Beaton e nas recomendações das Diretrizes para Tradução e Adaptação de Testes da *International Test Commission* - ITC (2017). Para tal, foram seguidas duas etapas principais: equivalência semântica feita por nativos e validação de conteúdo do instrumento por um comitê de juízes especialistas moçambicanos.

### 4.1. SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O estudo foi dividido em duas fases nomeadamente: de equivalência semântica e de validação de conteúdo. Na equivalência semântica foi selecionada uma amostra por conveniência de 10 nativos que moravam em São Paulo. Foram enviados 10 convites para que pudessem participar do estudo esclarecendo os objetivos do estudo e a análise que deveriam fazer no instrumento. Todos concordaram em participar, mas 1 participante não deu o retorno do questionário preenchido. A amostra final ficou composta por 9 adultos universitários que cursavam Educação Arte e História da Cultura, Saúde Pública, Administração e Administração de Empresas, Biotecnologia, Artes Cênicas e Enfermagem. 6 participantes do sexo masculino e 3 do feminino, de idades entre 26 a 47 anos, média de 35,5. Um dos critérios usados para a seleção foi a não apresentação de nenhum problema que o impossibilitasse o preenchimento do questionário, assinar o TCLE e ter vivido em Moçambique por pelo menos 10 anos. A tabela 1 apresenta a caracterização dos participantes desta fase.

Tabela 1: Caracterização da amostra dos nativos moçambicanos

Variáveis	N	Total
<b>Sexo</b>	Masculino	6
	Feminino	3
<b>Idade (em anos)</b>	26 a 36	5
	37 a 47	4
<b>Escolaridade</b>	Graduação	1
	Mestrado	2
	Doutorado	4
<b>Local de estudo</b>	Uninove	1
	Mackenzie	2
	USP	6

Fonte: Questionários de equivalência semântica

Na validação de conteúdo foi selecionada uma amostra de 6 juízes por conhecimento e por recomendações tendo em conta as suas experiências como educadores de infância, avaliação psicológica infantil e testagem. Como critérios os especialistas deviam ter no mínimo o título de Mestre ou especialização preferencialmente numa área acima citada e ter pelo menos 5 anos de experiência prática nessas áreas.

Dos 6 juízes selecionados, 1 se mostrou indisponível para participar e 1 não retornou o e-mail. A amostra ficou então composta por 4 juízes e especialistas. Sendo 2 Psicólogos com especialização em Desenvolvimento e Educação de infância, 1 Mestre em avaliação psicológica e Testagem e 1 Pedagoga Especializada em Psicologia e Intervenção Infantil. A tabela 2 apresenta a caracterização dos juízes e especialistas que participaram do estudo.

Tabela 2: caracterização da amostra dos juízes e especialistas

<b>Juízes</b>	<b>Último grau Acadêmico</b>	<b>Anos de experiência</b>
<b>1</b>	Especialista em Desenvolvimento e Educação de Infância	9
<b>2</b>	Especialista em Desenvolvimento e Educação de Infância	12
<b>3</b>	Mestre em Avaliação Psicológica e Testagem	10
<b>4</b>	Especialista Psicologia e Intervenção Infantil	7

Fonte: Questionários para juízes e especialistas

## **5. PROCEDIMENTOS**

### **5.1. PROCEDIMENTOS GERAIS E ÉTICOS DE PESQUISA**

Para a realização da adaptação cultural da PCFO para o contexto moçambicano foi primeiramente obtido o consentimento formal dos autores do instrumento (Apêndice A), para que autorizassem a realização da adaptação cultural do instrumento nesta pesquisa. Depois de ter sido autorizado, o projeto foi submetido ao comitê de ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie tendo sido aprovado com o número de aprovação, CAAE: 15548519.4.0000.0084 (Anexo A).

Todos os participantes da pesquisa foram contactados para convite à participação espontânea no estudo. Para formalização da sua participação foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em caso de dúvidas e preocupações pontuais sobre a pesquisa em Moçambique foi disponibilizado contato de um responsável local.

## 5.2. PROCESSO DE ADAPTAÇÃO CULTURAL

### 5.2.1. Fase 1: Equivalência semântica por nativos

A PCFO foi desenvolvida no Brasil e para população brasileira. Apesar de ser desenvolvido usando a língua portuguesa (mesmo idioma oficial também em Moçambique) havia necessidade de ajustar os itens da prova para vernáculos (palavras ou frases) do português falado em Moçambique para facilitar a melhor compreensão das instruções e atividades da prova. Nesta fase, o instrumento foi submetido a uma análise equilibrada de considerações linguísticas, conceituais, culturais e contextuais por nativos moçambicanos residentes no Brasil concretamente na Cidade de São Paulo. Segundo Almeida (2013) nesta análise é verificada a compreensão dos itens por parte do estrato da população-alvo para evitar deselegância na formulação dos itens do instrumento. E os analistas devem ser indivíduos familiarizados com o público-alvo (HAMBLETON; ZENISKY, 2010).

Para isso foi solicitado por meio de um convite voluntario para que os participantes analisassem todo o instrumento, e respondessem um questionário de equivalência semântica (Apêndice B). Para avaliação e análise da adequação dos itens do instrumento foram usados critérios como: bom, regular ou péssimo. Caso algum item não fosse adequado era sugerido aos participantes que apresentassem possíveis sugestões de mudança no item ou na frase para deixá-lo adequado para a população moçambicana. Depois de recolhidos os questionários preenchidos, o autor e a orientadora realizaram uma análise prévia dos questionários e realizaram mudanças no instrumento, sendo elaborada assim a PCFO: versão moçambicana preliminar, que depois foi encaminhado para análise dos juízes e especialistas.

### 5.2.2. Fase 2: Validação de Conteúdo por juízes e especialistas

Nesta fase, o instrumento já adaptado semanticamente foi analisado por especialistas moçambicanos com conhecimentos específicos acerca do constructo e avaliação neuropsicológica infantil para validação do conteúdo em relação a clareza do instrumento para a população alvo. Os especialistas eram peritos em áreas de avaliação neuropsicológica infantil, educação e desenvolvimento de infância e intervenção na infância. Almeida (2013) recomenda que os juízes sejam experts na área do constructo porque sua tarefa consiste em ajuizar se os itens estão se referindo ou não ao (s) traços (s) latente (s) em questão. Para além de que deve se assegurar que a versão traduzida ou adaptada esteja refletindo o conteúdo do item, clareza,

conforme propõe a versão original. E garantir que a natureza da tarefa a ser usada nas diferentes versões de idioma seja suficientemente comum entre as culturas (HAMBLETON; ZENISKY, 2011, 2016)

Sendo assim, foi selecionado um comitê de juízes e foi encaminhado por e-mail, um *link* contendo o questionário de preenchimento online (Apêndice C), o TCLE, apresentação breve da habilidade de CF e do projeto; a importância da colaboração no processo da adaptação e instruções de preenchimento do questionário. Anexo ao e-mail eram acompanhados a PCFO preliminar e a folha de respostas.

Foi solicitado aos juízes que primeiramente lessem todo o instrumento e a folha de respostas e em seguida classificassem a clareza de todas as partes do instrumento e a sua estrutura segundo critérios de clareza propostos (não, pouco, bastante e muito). Caso um determinado item não fosse claro ou fosse pouco claro deveriam sugerir mudança no item. No final da avaliação, os juízes enviavam as suas respostas na própria plataforma e depois foram analisadas pelo autor e orientadora e as sugestões e recomendações alteradas no instrumento. Depois desta fase, elaborou-se a versão final do instrumento que se chamou Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral versão moçambicana (Apêndice D).

### 5.3. COLETA DE DADOS

Os dados demográficos dos participantes foram colhidos a partir de perguntas breves que constavam no início dos questionários. Todos nativos moravam na cidade de São Paulo e os especialistas responderam os questionários a partir de Moçambique.

#### 5.3.1. Instrumentos

Nas duas fases do projeto, foram usados 2 questionários diferentes que serão descritos a seguir, desenvolvidos pelo autor e orientadora, inspirados no modelo de Colucl, Alexandre e Milani (2015). A seguir será apresentada primeiramente a prova que foi resultado da adaptação cultural.

##### 5.3.1.1. Prova de Consciência Fonológica por produção Oral

A PCFO foi desenvolvida por Capovilla e Capovilla (1998), baseada no Teste de CF de Santos, Navas e Pereira (1997) e no Teste *Sound Linkage*, elaborado por Hatcher

(1994) (CAPOVILLA; CAPOVILLA; SILVEIRA, 1998). A PCFO tem como objetivo a avaliação da habilidade de consciência fonológica que envolve a manipulação de sons e da fala (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000). Possui evidências de validade, dados normativos e pode ser aplicada em crianças de 3 a 14 anos de idade (DIAS; TREVISAN; SEABRA, 2012).

O andamento do teste é guiado pelo aplicador, que em cada conjunto de itens explica o que precisa ser feito e dá a instrução de forma oral, o examinando também dá a resposta de forma oral e essa é anotada. A pontuação varia de 0 a 40 pontos, sendo que cada resposta correta vale 1 ponto. Deve ser aplicada individualmente e o tempo médio de aplicação é de 20 minutos. Dez componentes da CF são avaliados por 10 subtestes, cada um composto por quatro itens e dois exemplos iniciais. Para cada resposta correta a criança recebe 1 ponto (CAPOVILLA, DIAS, MONTIEL, 2007; SEABRA, CAPOVILLA, 2012). Os subtestes são:

1. *Síntese Silábica*: o aplicador pronuncia as sílabas de uma palavra dando o intervalo de um segundo entre elas, o examinando deve uni-las, dizendo qual palavra se dá com o resultado.
2. *Síntese Fonêmica*: o aplicador pronuncia separadamente os fonemas de uma palavra e o examinando deve uni-los dizendo a palavra resultante da união.
3. *Rima*: o aplicador pronuncia três palavras e o examinando deve selecionar dentre elas as duas que terminam com o mesmo som.
4. *Aliteração*: o aplicador apresenta três palavras e o examinando deve selecionar dentre elas as duas que começam com o mesmo som.
5. *Segmentação Silábica*: o aplicador pronuncia uma palavra e o examinando deve repeti-la separando-a em suas sílabas componentes.
6. *Segmentação Fonêmica*: o aplicador pronuncia uma palavra e o examinando deve repeti-la em seus fonemas componentes.
7. *Manipulação Silábica*: o examinando deve adicionar e subtrair sílabas de palavras, dizendo qual a palavra formada, conforme a sílaba dada pelo aplicador.



8. *Manipulação Fonêmica*: o examinado deve adicionar e subtrair fonemas de palavras, dizendo qual a palavra formada conforme os fonemas fornecidos pelo aplicador.

9. *Transposição Silábica*: o aplicador dá uma palavra e o examinando deve inverter a ordem das sílabas, dizendo qual a palavra nova formada.

10. *Transposição Fonêmica*: o examinando deve inverter a ordem dos fonemas de palavras, dizendo qual a palavra nova formada.

#### 5.3.1.2. Questionário de equivalência semântica para nativos

Foi desenvolvido para este estudo, e tinha por objetivo coletar informações de nativos em relação a sua percepção sobre termos da prova original que não seriam comumente usados na população moçambicana. A primeira parte do questionário era destinada a coleta de dados demográficos dos participantes que incluía, nome, idade, escolaridade local de estudo e curso. A segunda parte era apresentada uma tabela com os itens dos 10 subtestes da PCFO, seguindo dos espaços para assinalar a avaliação (bom, regular ou péssimo). Caso a avaliação fosse regular ou péssima, os nativos sugeriam as alterações tendo em conta a expressão comumente usada em Moçambique e considerando principalmente a estrutura ou objetivo do item original.

#### 5.3.1.3. Questionário para Juízes e Especialistas

É um questionário que teve por objetivo coletar as informações de análise dos especialistas. Era de preenchimento online, foi elaborado especificamente para este estudo a partir da plataforma Google Formulários. A primeira parte do questionário apresentava uma breve explicação da PCFO, os objetivos gerais da adaptação cultural, o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e a declaração dos pesquisadores responsáveis.

Na segunda parte, seguiam as instruções para a realização da avaliação. Onde após a leitura era solicitado aos juízes que avaliassem a clareza de todos os itens do instrumento com base em 3 critérios: compreensão, objetividade, contextualização (linguística, semântica e idiomática) e um critério adicional (estrutura e apresentação). Os critérios eram avaliados e preenchidos de acordo com uma

escala *likert* que variava de 1 a 4, sendo que: 1 = não claro, 2 = pouco claro, 3 = bastante claro e 4 = muito claro.

Dos critérios, a compreensão avaliava se as instruções, tarefas, treinos e testes do instrumento eram inteligíveis e compreendidos pelo público alvo. A objetividade avaliava se as instruções, tarefas, treinos e testes do instrumento estavam adequadamente descritos para sua correta aplicação ou pontuação para os aplicadores. A contextualização avaliava se palavras e expressões usadas no instrumento apresentavam uma linguagem, vocabulário, significados e escrita comumente usadas na população alvo. E a estrutura e apresentação avaliava se todo o instrumento e a folha de respostas apresentavam uma organização de texto, forma e estrutura adequados.

Nesta avaliação era solicitado aos juízes que caso o item não fosse claro (resposta 1) ou fosse pouco claro (resposta 2) efetuassem mudanças em espaços deixados especificamente para essa finalidade (RUBIO et al., 2003; TILDEN; NELSON; MAY, 1990) para deixá-lo mais compreensível, objetivo, contextualizado e bem apresentado, porém, sempre mantendo as propriedades do instrumento.

## **6. ANÁLISE DOS DADOS**

Na fase 1 (equivalência semântica feita por nativos), os dados foram analisados numa abordagem qualitativa. Todas as recomendações e sugestões feitas por nativos foram analisadas pelo autor e orientadora e alteradas no instrumento original.

Na fase 2 (validação de conteúdo realizada por juízes), os dados foram analisados qualitativamente por meio dos itens da escala de *likert* (1= não claro, 2= pouco claro, 3= bastante claro e 4= muito claro) (PASQUALI, 2010). Todos os itens que tiveram pontuação de 1 e 2 e os juízes sugeriram alterações foram considerados como inadequados, analisados e depois alterados no instrumento. Depois os dados foram analisados quantitativamente calculando-se o IVC.

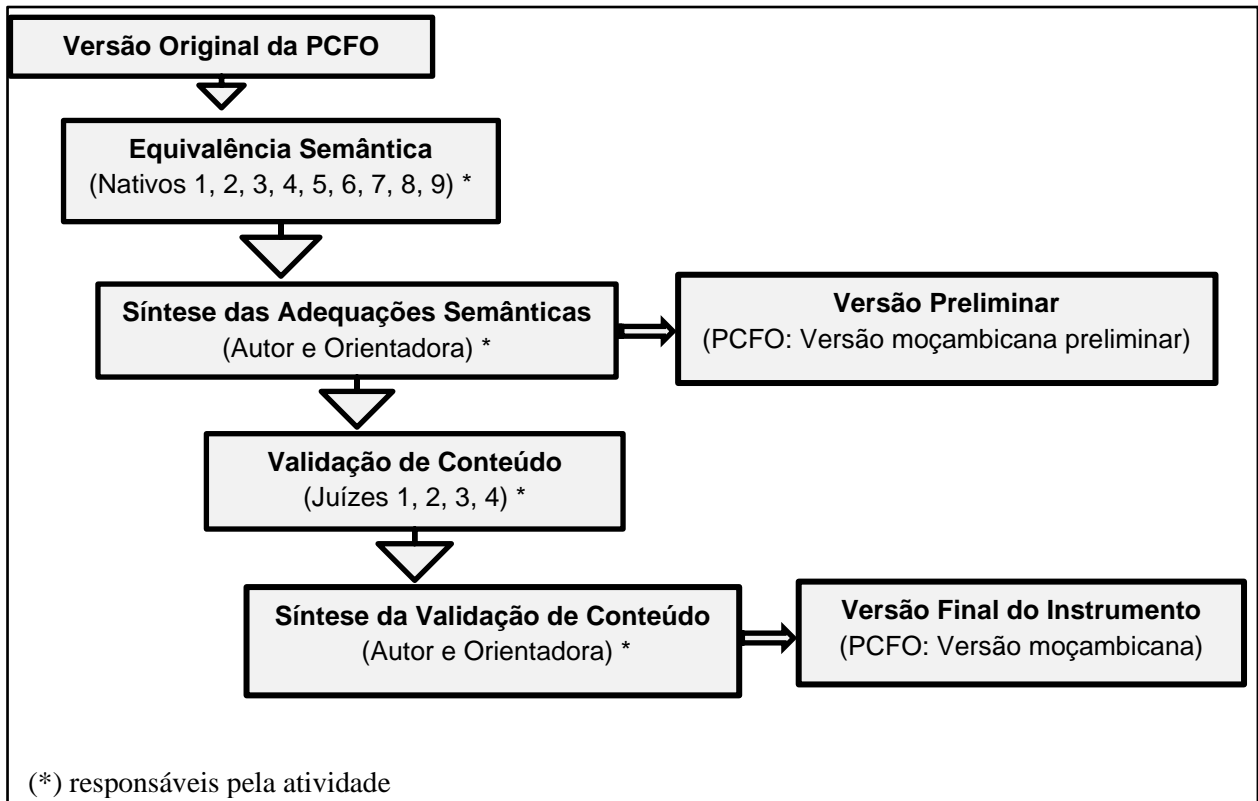
O IVC foi calculado para avaliar a proporção ou porcentagem de concordância dos juízes em cada um dos itens (descrição da tarefa, instruções, treinos 1 e 2, e testes 1, 2, 3 e 4) dos 10 subtestes; e das duas seções (dados da prova e estrutura/apresentação da prova). Seguidamente foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo de todo instrumento (IVC total). Para calcular o IVC dos itens segundo os

critérios propostos (compreensão, objetividade e contextualização), foram somadas as respostas 3 e 4 dos juízes e especialistas nos itens de cada subtteste e dividido o resultado dessa soma pelo número total de respostas, segundo a fórmula a seguir: (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015; GRANT; DAVIS, 1997; HYRKÄS; APPELQVIST-SCHMIDLECHNER; OKSA, 2003)

$$IVC = \frac{\text{Número de respostas "3" e "4"}}{\text{Número total de respostas}}$$

Foi considerado aceitável e adequado um valor de  $IVC > 0,80$ , considerando o número de especialistas que participaram nesta pesquisa, tal como é recomendado na literatura. Para calcular o IVC total do instrumento, foram somados todos IVC de cada critério dos 10 subttestes e das duas seções e achada as suas médias aritméticas, posteriormente as médias aritméticas foram somadas e divididas pelo número seções avaliadas em todo instrumento. Todas sugestões e comentários dos juízes foram analisadas pelo autor e orientadora e posteriormente alterados no instrumento, tendo assim a versão final do instrumento. A tabela 3 apresenta todo percurso metodológico usados nesta adaptação.

Tabela 3: Percurso metodológico do processo de adaptação cultural da PCFO



Fonte: Arquivo do autor

## 7. RESULTADOS

Quando se percebe a necessidade de uso de um instrumento de coleta de dados com propriedades que nenhum instrumento disponível é capaz de explorar, este novo instrumento pode ser obtido de duas formas: desenvolvendo um novo ou por meio da tradução e adaptação cultural de um já existente (LAGE; LEVY; CICONELLI, 2006). Nesta adaptação cultural, nas duas fases, houve mudanças sugeridas pelos participantes que serão apresentadas a seguir.

### 7.1. EQUIVALÊNCIA SEMÂNTICA

Nesta fase, os nativos avaliaram o instrumento e sugeriram alterações de palavras e construções frásicas em algumas partes da prova para que fossem adequadas para o português falado em Moçambique, a seguir são apresentadas essas alterações.

Na secção dos dados da prova, instruções e pontuação, todos participantes sugeriram que as palavras da PCFO original “registro” e “correta” fossem alteradas para “registo” e “correcta” respectivamente. A palavra “probando” foi alterada para “avaliado” por sugestão de 8 participantes. Na instrução da síntese silábica, 7 nativos sugeriram que a expressão “está falando” fosse alterada para “está a falar”.

No subteste rima, 4 nativos sugeriram que no treino 2 as palavras “sereia” e “canoa” fossem substituídas por “areia” e “coroa” respectivamente. A palavra “rolha” do treino 3 foi substituída por “folha” e a palavra “sopé” do treino 4 substituída por “maré” por sugestão de 6 nativos.

No treino e teste 1 do subteste aliteração, 4 nativos sugeriram que a palavra “fada” fosse substituída e outros 6 sugeriram que a palavra “boné” deveria ser substituída por uma outra. As recomendações foram consideradas e as duas palavras foram substituídas por “fama” e “bota” respetivamente.

Na prova de segmentação silábica, no treino 2, testes 3 e 4, a palavra “bexiga” foi substituída por “cidade”, “fazenda” por “machamba” (expressão equivalente para fazenda), e “gelatina” por “televisão”, por sugestão de 6, 9 e 4 nativos respetivamente. E em relação a instrução do subteste de manipulação silábica, por sugestão de 5 nativos a palavra “adicionar” foi substituída por “acrescentar” e “subtrair” por “tirar”. Todas as adaptações realizadas nesta fase são a seguir apresentadas na tabela 4.

Tabela 4: Adaptações realizadas por nativos a partir da PCFO original

<b>Prova</b>	<b>Item</b>	<b>Palavra/Expressão da PCFO original</b>	<b>N</b>	<b>Adaptação realizada</b>
<b>Dados da Prova</b>	Instruções, aplicação, pontuação	Registro	9	Registo
		Probando	8	Avaliado
		Correta	9	Correcta
<b>Síntese Silábica</b>	Instrução	Está falando	7	Está a falar
<b>Rima</b>	Treino 2	Sereia	4	Areia
		Canoa		Coroa
	Treino 3	Rolha	6	Folha
	Treino 4	Sopé		Maré
<b>Aliteração</b>	Treino 1	Fada	4	Fama
	Teste 1	Boné	6	Bota
<b>Segmentação Silábica</b>	Treino 2	Bexiga	6	Cidade
	Testes 3	Fazenda	9	Machamba
	Testes 4	Gelatina	4	Televisão
<b>Manipulação Silábica</b>	Instrução	Adicionar	5	Acrescentar
		Subtrair		Tirar

Fonte: Dados do questionário de equivalência semântica dos nativos

Depois desta etapa, o autor e a orientadora, acomodaram todas as sugestões dos nativos sendo elaborado um instrumento preliminar para a próxima etapa. É importante considerar que todas as palavras substituídas na prova tiveram como base o grupo semântico, número de sílabas a que pertencia a palavra original, com objetivo de deixar a versão adaptada mais próxima da versão original.

## 7.2. VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO

Nesta fase serão apresentados os resultados do processo de validação de conteúdo realizado por especialistas e o índice de concordância dos especialistas foi calculado por meio do IVC. Para cada parte da prova, o especialista deveria avaliar se se todos os componentes das 12 seções avaliadas (Dados da prova, Instruções para aplicação e pontuação; provas: Síntese Silábica, Síntese Fonêmica, Rima, Aliteração, Segmentação Silábica, Segmentação Fonêmica, Manipulação Silábica, Manipulação Fonêmica, Transposição Silábica, Transposição Fonêmica e finalmente seção

adicional de estrutura e apresentação), apresentavam adaptação semântica, idiomática, experimental e conceitual (abordagem qualitativa), que serão apresentadas posteriormente. A seguir, são apresentadas as avaliações dos juízes por meio avaliação do cálculo do IVC (abordagem quantitativa).

### 7.2.1. IVC dos dados da prova, instruções para aplicação e pontuação

Nesta primeira seção foi avaliada a compressão, a objetividade e contextualização da primeira parte do instrumento, o IVC dos critérios avaliados são a seguir apresentados na tabela 5.

Tabela 5: IVC dos dados da prova, instruções para aplicação e pontuação

Itens da prova	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Dados da prova, instruções, aplicação, pontuação	0	0	2	2	0	0	1	3	0	1	1	2
IVC	1				1				0,75			

Fonte: Questionário de juízes e especialistas

A tabela 5 mostra os resultados da avaliação dados da prova, as instruções para aplicação e pontuação. Pode observar-se que o IVC dos especialistas foi de 1 (4/4) para compreensão e objetividade, e 0,75 (3/4) para a contextualização, com média de 0,91 (91%) de concordância total da seção. Assim, pode afirmar-se que nesta seção, a prova apresentou uma clareza adequada segundo os critérios avaliados. Contudo, se analisados os critérios separadamente, pode notar-se que o IVC da contextualização foi abaixo do esperado (0,75), o que pode justificar-se pelas sugestões de alterações mencionadas pelos especialistas, que serão apresentadas no próximo tópico.

### 7.2.2. IVC dos 10 subtestes da PCFO: Versão Preliminar

A seguir serão apresentados os IVC de cada subteste da PCFO: versão preliminar, segundo os critérios de compressão, objetividade e contextualização, avaliados por juízes e especialistas. A tabela 6, apresenta os resultados desta avaliação no que diz respeito ao subteste síntese silábica.

Tabela 6: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste Síntese Silábica

Síntese Silábica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	2	2	0	0	2	2	0	1	1	2
Instruções	0	0	2	2	0	0	3	1	0	0	1	3
Treino 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Treino 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	2	2
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 4	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	1	3
IVC	1				1				0,96			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

A tabela 6, mostra a avaliação realizada pelos juízes e especialistas em relação ao subtteste síntese silábica. Pode observar-se que a concordância entre os juízes para a compreensão e objetividade foi de 1 (32/32) e 0,96 (31/32) para contextualização, uma média de concordância de 0,98 (98%) de concordância total do subtteste. Isso demonstra que o subtteste apresentou clareza adequada de acordo com os critérios avaliados.

No que diz respeito a compreensão, objetividade e contextualização do subtteste síntese fonêmica, os resultados das avaliações dos juízes e especialistas são a seguir apresentados na tabela 7.

Tabela 7: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste síntese fonêmica

Síntese Fonêmica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	1	3	0	0	1	3	0	1	0	3
Instruções	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	2	2
Treino 1	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	1	3
Treino 2	0	0	3	1	0	0	1	3	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	2	2
Teste 2	0	0	0	4	0	0	2	2	0	0	1	3
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 4	0	0	1	3	0	1	3	3	0	0	2	2
IVC	1				0,96				0,96			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

De acordo com os resultados apresentados na tabela 7, o IVC dos especialistas para o subtteste síntese fonêmica foi de 1 (32/32) para a compreensão e 0,96 (31/32) para objetividade e contextualização dos itens, uma média de 0,97 (97%) de concordância total do subtteste. Tal fato demonstra que este subtteste apresentou clareza adequada em relação aos critérios avaliados.

No que se refere a compreensão, objetividade e contextualização do subtteste rima, as avaliações dos juízes e especialistas são a seguir apresentadas na tabela 8.

Tabela 8: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste rima

Rima	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Instruções	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Treino 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Treino 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 4	0	0	0	4	0	1	0	4	0	0	1	3
IVC	1				0,96				1			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Como pode ser observado na tabela 8, o subtteste rima apresentou um IVC de concordância dos especialistas de 1 (32/32) para a compreensão e contextualização, e 0,96 (31/32) para a objetividade, uma média de 0,98 (98%) de concordância total do subtteste. É um IVC considerado adequado, demonstrando que o subtteste apresentou uma clareza adequada de acordo com os critérios avaliados.

Em relação ao subtteste aliteração, a análise dos especialistas quanto a compreensão, objetividade e contextualização, são apresentados na tabela 9 a seguir.



Tabela 9: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste aliteração

Aliteração	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	2	2
Instruções	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	0	4
Treino 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	1	3	0
Treino 2	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 2	0	1	1	2	1	0	0	3	0	0	0	4
Teste 3	0	0	1	3	0	0	2	2	0	0	1	3
Teste 4	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	4
IVC	0,96				0,96				0,96			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Quanto ao subtteste aliteração, segundo a tabela 9, verifica-se que o IVC de concordância dos juízes e especialistas em relação a compreensão, objetividade e contextualização foi de 0,96 (31/32), uma média de 0,96 (96%) de concordância total do subtteste. Isto demonstra que o subtteste apresenta clareza adequada para o contexto moçambicano no que diz respeito aos critérios avaliados.

A seguir, os especialistas avaliaram a compreensão, objetividade e contextualização do subtteste segmentação silábica, os dados são a seguir apresentados na tabela 10.

Tabela 10: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste segmentação silábica

Segmentação Silábica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	1	3	0	0	2	2	0	0	3	1
Instruções	0	0	2	2	0	0	1	3	0	1	2	1
Treino 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Treino 2	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 4	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
IVC	1				1				0,96			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Como pode ser observado na tabela 10, em relação ao subtteste segmentação silábica, o IVC dos juízes e especialistas foi de 1 (32/32) de concordância para os

critérios de compreensão e objetividade, e 0,96 (96%) para o critério de contextualização, uma média de 0,98 (98%) de concordância total do subteste. Isto demonstra que o subteste apresenta clareza adequada para o contexto moçambicano quanto aos critérios avaliados.

Em relação a compreensão, objetividade e contextualização do subteste segmentação fonêmica, a análise dos especialistas, é a seguir apresentada na tabela 11.

Tabela 11: Índice de Validade de Conteúdo do subteste Segmentação Fonêmica

Segmentação Fonêmica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	2	2
Instruções	0	0	2	2	0	1	0	3	0	1	1	2
Treino 1	0	0	1	3	0	0	2	2	0	0	1	3
Treino 2	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	4
Teste 1	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	2	2
Teste 3	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	1	3
Teste 4	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
IVC	1				0,96				0,96			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Para este subteste, tal como são apresentados os dados na tabela 11, o subteste segmentação fonêmica apresentou um IVC dos juízes e especialistas de 1 (32/32) para o critério de compreensão, e 0,96 (31/32) para o critério de objetividade e contextualização, uma média de 0,97 (97%) de concordância total do subteste. Esse dado demonstra que quanto a clareza para o contexto moçambicano, o subteste é adequado segundo os critérios avaliados.

No que se refere a avaliação dos juízes em relação a compreensão, objetividade e contextualização do subteste manipulação silábica, os dados são apresentados a seguir na tabela 12.

Tabela 12: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste manipulação silábica

Manipulação Silábica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	1	3
Instruções	0	0	1	3	0	0	3	1	0	1	1	2
Treino 1	0	0	0	4	0	0	2	2	1	0	1	2
Treino 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	1	3
Teste 2	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 4	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	2	2
IVC	1				1				0,93			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Como pode se observar na tabela 12, quanto ao subtteste manipulação silábica, o IVC dos juízes foi de 1 (32/32) para o critério de compreensão e objetividade, e 0,93 (30/32) para o critério de contextualização, uma média de 0,97 (97%) de concordância total do subtteste. Tal fato demonstra que o subtteste apresenta clareza adequada para a população moçambicana em relação aos critérios avaliados.

A seguir, na tabela 13, é apresentada a avaliação da compreensão objetividade e contextualização dos juízes em relação ao subtteste manipulação fonêmica.

Tabela 13: Índice de Validade de Conteúdo do subtteste manipulação fonêmica

Manipulação Fonêmica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	1	3	0	0	1	3	0	0	3	1
Instruções	0	0	0	4	0	0	1	3	0	1	0	3
Treino 1	0	0	1	3	0	0	0	4	1	0	1	3
Treino 2	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	1	3
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 3	0	0	0	4	0	0	1	3	0	1	1	2
Teste 4	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	4
IVC	1				1				0,90			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Para o subtteste manipulação fonêmica, pode observar-se na tabela 13 que o IVC dos especialistas foi de 1 (32/32) para o critério de compreensão e objetividade, e 0,90

(30/32) para o critério de contextualização, uma média de 0,96 (96%) para a concordância total do subteste. Isto demonstra que o subteste apresenta clareza em relação aos critérios avaliados para que seja aplicado no contexto moçambicano.

Mais adiante na tabela 14, são apresentadas avaliações dos especialistas em relação a compreensão, objetividade e contextualização do subteste transposição silábica.

Tabela 14: Índice de Validade de Conteúdo do subteste transposição silábica

Transposição Silábica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	3	1
Instruções	0	0	0	4	0	1	1	2	0	1	1	2
Treino 1	0	0	1	3	0	0	1	3	1	0	2	2
Treino 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	2	2
Teste 1	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	1	3
Teste 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 3	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	4
Teste 4	1	0	0	3	1	0	1	2	1	0	0	3
IVC	0,96				0,93				0,90			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Segundo pode observar-se na tabela 14, o subteste transposição silábica apresentou um IVC dos juízes de, 0,96 (31/32) para o critério de compreensão, 0,93 (30/32) para o critério de objetividade e 0,90 (29/32) para o critério de contextualização, média de 0,93 (93%) de concordância total para o subteste. Tal fato demonstra que a o subteste apresenta clareza necessária quanto aos critérios avaliados neste estudo.

Finalmente, serão apresentadas na tabela 15, a compreensão, objetividade e contextualização do subteste transposição fonêmica feita por juízes e especialistas

Tabela 15: Índice de Validade de Conteúdo do subteste transposição fonêmica

Transposição Fonêmica	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Descrição	0	0	3	1	0	0	1	3	0	0	2	2
Instruções	0	0	0	4	0	1	2	2	0	1	1	2
Treino 1	0	0	1	3	0	0	1	3	1	0	1	3
Treino 2	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	1	3
Teste 1	1	0	0	3	1	0	0	3	0	0	1	3
Teste 2	0	0	1	3	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4
Teste 4	0	0	2	2	0	0	2	2	0	0	3	1
IVC	0,96				0,93				0,93			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

A tabela 15 apresenta os resultados da avaliação do subteste transposição fonêmica, tal como pode observar-se, o IVC dos juízes e especialistas foi de 0,93 (31/32) para o critério de compreensão, e 0,93 (30/32) para os critérios de objetividade e contextualização, uma média de 0,94 (94%) de concordância total do subteste. Isto demonstra que o subteste apresenta clareza adequada em relação aos critérios avaliados neste estudo.

### 7.2.3. IVC da estrutura e apresentação

A análise da estrutura e apresentação da PCFO consistiu num critério adicional para o cálculo do IVC, pelo fato de ser considerado um aspecto muito importante durante o processo de adaptação cultural de instrumentos de avaliação. Seguindo os mesmos critérios avaliados nas seções anteriores, os resultados desta avaliação são apresentados a seguir na tabela 16.

Tabela 16: IVC da estrutura e apresentação

Itens Adicional	CRITÉRIOS AVALIADOS											
	Compreensão				Objetividade				Contextualização			
	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito	Não	Pouco	Bastante	Muito
Estrutura E Apresentação	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	4
IVC	1				1				1			

Fonte: questionário de juízes e especialistas

A tabela 16 apresenta os dados de compreensão, objetividade e contextualização da seção adicional de estrutura e apresentação. Como pode se observar, o IVC de todos os juízes foi de 1, ou seja, 100% de concordância quanto aos critérios avaliados, demonstrando que a apresentação e estrutura de toda a prova é adequada para aplicação do público alvo.

### 7.3. Índice de Validade de Conteúdo total do instrumento

Depois do cálculo do IVC de cada subtteste da prova, seguiu-se o cálculo do IVC total do instrumento seguindo a fórmula apresentada anteriormente. A tabela 17, apresenta os resultados deste cálculo segundo as médias de cada seção da PCFO adaptada.

Tabela 17: IVC total da PCFO adaptada

<b>IVC das secções da prova</b>	<b>Compreensão</b>	<b>Objetividade</b>	<b>Contextualização</b>	<b>Média</b>
IVC Dados Da Prova	1	1	0,75	0,91
IVC Síntese Silábica	1	1	0,96	0,98
IVC Síntese Fonêmica	1	0,96	0,96	0,97
IVC Rima	1	0,96	1	0,98
IVC Aliteração	0,96	0,96	0,96	0,96
IVC Segmentação Silábica	1	1	0,96	0,98
IVC Segmentação Fonêmica	1	0,96	0,96	0,97
IVC Manipulação Silábica	1	1	0,93	0,97
IVC Manipulação Fonêmica	1	1	0,90	0,96
IVC Transposição Silábica	0,96	0,93	0,90	0,93
IVC Transposição Fonêmica	0,96	0,93	0,93	0,94
IVC Estrutura e Apresentação	1	1	1	1
<b>IVC TOTAL</b>	<b>0,99</b>	<b>0,97</b>	<b>0,93</b>	<b>0,96</b>

Fonte: questionário de juízes e especialistas

Tal como é demonstrado na tabela 17, o IVC de todo o instrumento foi de 0,96, ou seja, 96% de concordância dos juízes e especialistas. Este é considerado um IVC adequado em estudos de validação de conteúdo tendo em conta o número de juízes e especialistas que participaram no estudo. A seguir são apresentadas algumas alterações sugeridas pelos especialistas no fim desta fase.

### 7.3. ALTERAÇÕES E SUGESTÕES REALIZADAS PELOS ESPECIALISTAS

Os especialistas sugeriram mudanças no instrumento, embora todo o instrumento fosse considerado adequado. Alterações na versão preliminar se fizeram necessárias, sendo assim, o instrumento sofreu novos ajustes.

Na secção dados da prova, 3 juízes sugeriram que a expressão "...pontuação  $\frac{1}{2}$  pode ser atribuída em casos...", fosse alterada por "Metade da pontuação (0,5), pode ser atribuída nos casos...", uma vez que o mais comum a ser usado em Moçambique é 0,5 para identificar metade em detrimento de  $\frac{1}{2}$ . Na descrição do subteste síntese silábica e fonêmica, a expressão "...dizendo qual palavra resulta da união.", 2 juízes sugeriram que fosse alterada por conta do uso do gerúndio, assim depois de alterada a expressão ficou "...e dizer qual é a palavra que resulta dessa união." Por outro lado, no subteste síntese silábica e fonêmica, 2 juízes sugeriram a expressão da instrução "...e você deve adivinhar...", fosse alterada para "...e a sua tarefa é de adivinhar...". no mesmo subteste, por sugestão de 1 juiz, a palavra "laço" do treino 2, foi alterada para "pato".

Em relação ao teste 3 do subteste rima, por sugestão de 1 juiz, a palavra "folha" foi substituída por "filha" e a palavra "bolha" foi substituída por "pilha". No mesmo subteste 1 juiz sugeriu que a palavra "maré" fosse mais contextualizada, contudo a palavra foi mantida porque não se encontrou uma palavra adequada para substituir segundo a proposta da atividade. Para o subteste aliteração, 1 juiz sugeriu que a palavra "face" do treino 1 fosse alterada por "cara" uma vez que "face" no contexto moçambicano é comumente conhecida como uma palavra inglesa e o comum é "cara", sendo assim, considerando a proposta da atividade de aliteração, a palavra "face" foi alterada por "faca".

Para o subteste segmentação silábica e segmentação fonêmica, 2 juízes sugeriram que a instrução "...o robô, repetindo a palavra..." fosse substituída por "...o robô, a sua tarefa é de repetir a palavra...". a seguir, no subteste segmentação fonêmica, 2 juízes sugeriram que na instrução a expressão "..., mas agora falando as partes menores..., falando cada som separadamente" fosse alterada para "..., mas agora vai falar as partes menores..., isto é, cada som separadamente."

Na instrução e descrição dos subtestes manipulação silábica e manipulação fonêmica 2 juízes sugeriram que as expressões "...sílabas de palavras dizendo qual a palavra..."

fosse alterada para "...sílabas de palavras e dizer qual é a palavra..." e a expressão "Você vai dizer como fica..." fosse substituída por "A sua tarefa é dizer como fica...". por outro lado, 1 juiz sugeriu que no subteste manipulação silábica, a palavra "macarrão" do treino 1 fosse substituída por uma outra mais contextualizada. E atendendo isso, e segundo a proposta da atividade, a palavra foi substituída por camarão. Em relação ao subteste manipulação fonêmica, a expressão "louça" do teste 3 foi substituída por "couve" por sugestão de 1 juiz. Isto porque o termo "louça" não é comum em Moçambique, sendo o mais comum a palavra "pratos".

Finalmente na descrição do subteste transposição silábica e transposição fonêmica por sugestões de 2 juízes a expressão "...dizendo qual a palavra formada" foi substituída por "...e dizer qual é a palavra formada" e a expressão "Você vai falar uma palavra..." foi substituída por "a sua tarefa é falar uma palavra...". e a palavra "partes" foi substituída por "sílabas".

Outras sugestões e comentários gerais referiam que: "a prova não apresenta tempo para realização dos testes e materiais necessários" (J3); "a prova necessita de formação e treinamento para a sua aplicação" (J1) e que "é será muito importante para a população moçambicana" (J1). A tabela 18, apresenta o resumo das adaptações sugeridas pelos juízes e realizadas no instrumento depois de analisadas pelo autor e a orientadora.



Tabela 18: Adaptações realizadas por juízes na PCFO preliminar

Prova	Item	Palavra/expressão da PCFO original	Juízes	Adaptação realizada
<b>Dados da Prova</b>	Dados da prova	"...Pontuação ½ pode ser atribuída em casos..."	3	"...Metade da pontuação (0,5) pode ser atribuída nos casos..."
<b>Síntese Silábica e Fonêmica</b>	Descrição	"...dizendo qual palavra resulta da união."	2	"...e dizer qual é a palavra que resulta dessa união."
	Instrução	"...e você deve adivinhar..."	2	"...e a sua tarefa é de adivinhar..."
<b>Síntese Fonêmica</b>	Treino 2	Laço	1	Pato
<b>Rima</b>	Teste 3	Folha	1	Filha
		Bolha	1	Pilha
	Teste 4	Maré	1	Maré
<b>Aliteração</b>	Treino 1	Face	1	Faca
<b>Segmentação Silábica e Fonêmica</b>	Instruções	"...o robô, repetindo a palavra..."	2	"...o robô, a sua tarefa é de repetir a palavra..."
<b>Segmentação Fonêmica</b>	Instrução	"..., mas agora falando as partes menores..., falando cada som separadamente"	2	"..., mas agora vai falar as partes menores..., isto é, cada som separadamente."
<b>Manipulação Silábica e Fonêmica</b>	Descrição	"...sílabas de palavras dizendo qual a palavra..."	2	"...sílabas de palavras e dizer qual é a palavra..."
	Instrução	"Você vai dizer como fica..."	2	"A sua tarefa é dizer como fica..."
<b>Manipulação Silábica</b>	Treino 1	Macarrão	1	Camarão
<b>Manipulação Fonêmica</b>	Teste 3	Louça	1	Couve
<b>Transposição Silábica e Fonêmica</b>	Descrição	"...dizendo qual a palavra formada."	2	"...e dizer qual é a palavra formada."
	Instruções	"Você vai falar uma palavra..."	2	"A sua tarefa é falar uma palavra..."
<b>Transposição Silábica</b>		Partes	1	Sílaba

Fonte: Dados do questionário de validação realizada por juízes e especialistas

## 8. DISCUSSÃO

Este estudo teve por objetivo adaptar um instrumento brasileiro para o contexto moçambicano. Porém, antes de começar este tipo de estudos, um dos critérios a ser considerado é que o instrumento a ser adaptado possua requisitos básicos. Esses requisitos incluem: oferecer dados precisos, válidos e interpretáveis para a avaliação de uma determinada população (ALEXANDRE et al., 2013); apresentar evidências de confiabilidade e validade (SALMOND, 2008); e fornecer resultados cientificamente robustos nos seus estudos (CANO; HOBART, 2011). Segundo Pittman e Bakas (2010), estudos de validade e fidedignidade são evidências muito importantes que qualquer instrumento deve possuir. Todos estes aspectos foram levados em consideração neste processo, e verificou-se que a PCFO possui essas evidências e estudos com dados robustos em relação a avaliação da habilidade de consciência fonológica para a população brasileira, que a seguir serão apresentados.

Estudos com a PCFO têm sido conduzidos nos últimos 14 anos (DIAS et al., 2013). Capovilla (2006), citado por Dias et al., (2013) investigou dados de fidedignidade numa amostra de 379 crianças da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, o valor do alfa de Cronbach foi de 0,91; coeficiente de Spearman-Brown de 0,86 e o método de teste-reteste obteve coeficiente de 0,87, o que para a autora os resultados foram muito satisfatórios. Em relação a consistência interna, a PCFO foi verificada por Capovilla, Dias e Montiel (2007), em amostra de crianças de 6 a 15 anos de idade e as autoras encontraram correlações positivas e significativas, com magnitudes de moderada a alta, entre cada um dos 10 subtestes da prova e o desempenho total no instrumento. E o estudo revelou que a prova apresentava evidências de validade para avaliar CF em crianças, especificamente de 1ª a 3ª série do ensino fundamental.

Por outro lado, a PCFO apresenta dados normativos para crianças de escolas públicas já a partir de 3 anos de idade (DIAS; TREVISAN; SEABRA, 2013), e normas para crianças de Pré 1 à 2ª série de escola particular (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000b; SEABRA; CAPOVILLA, 2011).

Em todos outros estudos realizados com a PCFO, ela demonstrou boas qualidades psicométricas. Segundo Dias et al. (2013), de forma geral, os estudos demonstraram evidências de validade por correlação com outras variáveis com uso de técnicas diversificadas, como observação de mudanças com o desenvolvimento; correlação com

outros testes, revelando padrões de convergência com construtos correlatos; e correlação com critérios externos, a exemplo da nota escolar. Para além de estudos em crianças e adolescentes com síndrome de Williams-Beuren e Síndrome de Down. Permitindo assim, demonstrar que o instrumento possui características psicométricas adequadas para avaliação de crianças e adolescentes brasileiros, da Educação Infantil até o término do Ensino Fundamental.

Depois de apresentados os dados de validade e fidedignidade, a seguir serão discutidos especificamente os aspetos relevantes que conduziram todo o processo de adaptação cultural da PCFO para o contexto moçambicano.

O processo de adaptação de um instrumento é complexo e, em alguns aspectos, assemelha-se ao processo de construção do próprio instrumento, principalmente se o fenômeno a ser avaliado é subjetivo (STREINER; NORMAN, 1995). A tradução e adaptação de um instrumento pode levar a resultados duvidosos se feita de maneira inadequada do ponto de vista linguístico e em relação às expressões comuns, ou não, a vários idiomas e culturas. A busca pelo máximo de equivalência entre o instrumento original e sua versão adaptada deve guiar todo o processo de maneira a evitar formas muitas vezes sutis, de distorção. Foi por meio desta complexidade que logo no início do processo de adaptação, o instrumento passou para análise de nativos antes de ser analisado por especialistas.

Nas sugestões apontadas na equivalência semântica realizada por nativos, verificou-se que embora alguns termos da prova original sejam conhecidos no contexto moçambicano, como por exemplo: “o uso do gerúndio” “sereia”, “canoas”, “fada”, “boné”, “bexiga”, “face”, “gelatina”, “rolha”, foi importante considerar e alterar as estas palavras por conta de não serem expressões que são usadas no dia a dia, o que poderia provavelmente alterar a percepção da instrução e por conta disso obterem-se resultados não fidedignos do avaliado e comprometer a avaliação.

Alguns estudos mostraram a relevância desta etapa de equivalência semântica durante o processo de desenvolvimento e adaptação de instrumentos, embora a metodologia usada nesses estudos não tenha sido por meio de nativos tal como foi usada aqui. Por exemplo Freitas et al. (2001), em um estudo de tradução e adaptação de uma escala para o português observaram que mesmo depois de equivalência conceitual e ser preservado o *layout* do instrumento original, as maiores dificuldades

na tradução estavam relacionadas a equivalência semântica, em relação às formas coloquiais e expressões idiomáticas do português traduzidas a partir do instrumento original. Mas no fim do processo, os problemas foram resolvidos por consenso entre os autores, muitos deles priorizando-se a adaptação à cultura brasileira, em detrimento da equivalência semântica dos juízes e especialistas.

Num outro estudo realizado na Coreia, Lee et al. (1998), verificaram que os dados de prevalência em transtornos alimentares estavam acima do ponto de corte em parte por conta de limitações em relação a mudanças socioculturais linguísticas do instrumento aplicado. Finalmente King e Bhugra (1989) avaliando populações subdesenvolvidas e não ocidentais na Índia e Paquistão, usaram um instrumento traduzido por especialistas, contudo na análise dos dados verificaram que haviam padrões consistentes de respostas em cinco itens que segundo eles, poderiam ter sido devido a problemas socioculturais e interpretações, o que levou os autores ao uso de expressões e conceitos que tivessem significado adequado para a população por conta de influências linguísticas, sociais e religiosas. Por isso, esta etapa é muito importante no processo de adaptação cultural, porque pequenas questões culturais e linguísticas podem alterar padrões de resposta dos avaliados.

No que diz respeito a validação por especialistas, é uma etapa importante e tem sido apresentada em muitos estudos de tradução e adaptação cultural de instrumentos (PEDREIRA et al., 2016; SILVEIRA et al., 2018; VITURI; MATSUDA, 2009)

Estudos já demonstraram a importância desta fase para a validade de um determinado instrumento. Num estudo em andamento, onde o instrumento a ser aplicado foi desenvolvido e não possuía validação semântica, Bausewein et al. (2005), se questionaram se a redação da versão alemã era clara e compreensível. Realizadas as entrevistas aos participantes, os resultados mostraram que 7% gostou muito, 59% gostou, 29% ficaram indecisos e 5% não gostou muito da escala. Estes resultados mostraram que mesmo desenvolvido, o instrumento necessitava de validação semântica. Outro estudo realizado em Portugal que tinha por objetivo desenvolver e validar um instrumento para medição da qualidade de vida para doentes em cuidados paliativos, Ferreira e Pinto (2008), por meio do teste de compreensão e validação de conteúdo, identificaram que os pacientes apresentavam dúvidas e hesitações quanto ao número de respostas que poderiam marcar numa determinada pergunta, o que

depois foi considerado pelos autores e ajudou a melhorar a qualidade da versão portuguesa do instrumento.

Todos os estudos apresentados anteriormente reforçam a ideia de que o pesquisador deve prestar muita atenção nos detalhes sutis no que diz respeito ao processo de equivalência semântica e validação de conteúdo nos instrumentos de avaliação. Lembrando que todos estudos apresentados consideraram que as versões da escala produzidas apresentavam bons níveis de confiabilidade e outros indicadores aceites para sua utilização. Assim, o reconhecimento da qualidade dos instrumentos torna-se um aspeto fundamental para a legitimidade e credibilidade dos resultados de uma pesquisa, o que reforça a importância destes processos (KELLY et al., 2015).

No que diz respeito ao IVC, embora seja uma discussão entre os pesquisadores sobre o seu valor. Pasquali (2010), refere que uma concordância de pelo menos 80% entre os juízes poderá servir de critério de decisão sobre a pertinência e/ou aceitação. Para este estudo, o IVC total de todo instrumento foi de 0,96 (96%). Esse percentual de concordância dos juízes foi também achado em alguns estudos de validação como por exemplo de Honório, Caetano e Almeida (2011); Moura et al. (2008); Oliveira, Fernandes e Sawada (2008) e Pierl et al., (2017). Por outro lado, outros autores como Wynd, Schmidt e Schaefer (2003), defendem que a taxa de concordância é considerada adequada quando o resultado é maior ou igual a 90% e quando for menor que 90%, o domínio precisa ser discutido e alterado tal como foi achado nos estudos de Alpirez et al. (2018); Amaya et al. (2016); Ramírez et al. (2017) e Rosa, Helena e Blattner (2015).

Tanto na primeira quanto na segunda abordagem sobre o valor do IVC, a PCFO adaptada para o contexto moçambicano apresentou um ótimo índice de validade de conteúdo para ser aplicado naquela população. Mesmo assim, podem ser discutidos estes achados e fazerem-se algumas inferências sobre ele, uma vez que o valor do IVC ficou tão próximo de 1, ou seja 100% de concordância.

A primeira explicação, pode ser porque o instrumento passou por um processo de adequação semântica realizada por nativos moçambicanos residentes no país de origem do instrumento, o que provavelmente para os nativos, foi fácil fazer algumas adequações por conhecerem muitas expressões brasileiras.

A segunda, pode ser porque o processo de adaptação cultural do instrumento envolveu 2 países ou contextos que falam o mesmo idioma, o que teoricamente não precisaria de muitos ajustes se comparado a um processo de tradução e adaptação de um instrumento cujo idioma fosse diferente entre os dois contextos ou provavelmente se fosse realizado a partir de uma variante do português que não compartilhasse as mesmas variedades. Pois, segundo Petter (2008), o vocabulário básico, constituído majoritariamente de termos de origem portuguesa, é compartilhado pelas variedades angolana, brasileira e moçambicana de português. E segundo a mesma autora, esse vocabulário apresenta alguns sinônimos locais e manifesta um uso exclusivo não compartilhado com o português europeu e por outro lado apresenta também com relativa autonomia, o uso dos processos de criação lexical do português europeu. Este aspecto pode ter deixado o processo de adaptação menos exigente, o que em parte foi demonstrado pelas poucas adaptações realizadas na PCFO da versão brasileira para a versão moçambicana e que conseqüentemente pode ter contribuído pelo valor alto do IVC.

A terceira e última explicação, pode ser em decorrência do número dos juízes, uma vez que na literatura, estudos sugerem nos estudos onde participam um mínimo de cinco avaliadores a taxa tem sido de no mínimo 90% de concordância (ALEXANDRE; COLUCI, 2011; LYNN, 1986).

Em relação ao IVC de cada subteste ou secção, se analisados separadamente, pode notar-se que todos os resultados apontam para uma concordância acima de 90% de concordância, exceto o IVC do critério de contextualização dos dados da prova, que apresentou um valor não adequado em relação aos outros (0.75). A explicação pode ser devido ao número de item (1) avaliados nessa secção, onde se 1 juiz discordasse, maiores seriam as chances de ter valor baixo, o que foi que aconteceu nesta secção.

No que diz respeito a estrutura e apresentação da prova, a única secção que apresentou 100% de concordância dos juízes em termos de compreensão, objetividade e contextualização, pode ser devido a ideia de que na medida do possível a apresentação do instrumento adaptado possa parecer igual ou muito semelhante em todas as versões de idiomas. O'connor e Malak (2000) referem que as pesquisas sugerem que, na apresentação de versões traduzidas de instrumentos, os itens devem permanecer na mesma ordem e local da página em todas as versões e

segundo Stansfield (2003), as diferenças de digitação também devem ser levadas em consideração. Por outro lado Hambleton e Zenisky (2010) acrescentam que este aspecto deve ser levado em consideração por exemplo quando se trata de tradução e adaptação de instrumentos entre idiomas com caracteres romanos (por exemplo, inglês, espanhol) e caracteres não romanos (por exemplo, russo, árabe e os vários idiomas asiáticos). Onde, em alguns casos, o ato de alterar os caracteres usados pode aumentar ou diminuir o formato de um item de maneira notável, e que os pesquisadores precisam estar cientes dessas possibilidades. Assim, pode ser devido a este cuidado dos juízes que fez com que a apresentação e estrutura do instrumento adaptado tivesse 100% de concordância.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo do tipo metodológico teve por objetivo fazer adaptação cultural da Prova brasileira de Consciência Fonológica por produção Oral para a população moçambicana. O processo foi realizado seguindo etapas metodológicas utilizadas em processos de adaptação cultural recomendadas pela literatura.

Após a autorização formal dos autores, a prova foi entregue para nativos moçambicanos residentes no Brasil para ser feita a adequação semântica de termos e expressões do português falado no Brasil para o português falado em Moçambique onde depois foram realizadas adaptações importantes para o instrumento. A seguir, o instrumento foi entregue para um comitê de juízes e especialistas para a validação de conteúdo. Os membros que participaram do comitê possuíam formação específica nas áreas de interesse e procuraram avaliar se as perguntas e opções de resposta estavam adequadas ou não para a população alvo, sob a perspectiva da equivalência semântica, idiomática (ou de conteúdo), experimental e conceitual. Não houve eliminação de nenhum subteste da versão original, ainda que tenham sido realizadas pequenas adequações devido a diferenças dos idiomas dos dois contextos. Depois de analisados todos os dados dos juízes, foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo para todo o instrumento que foi de 0,96, ou seja 96% de concordância, valor considerado ótimo nos estudos de validação de instrumentos.

As maiores adequações e adaptações realizadas de forma geral no instrumento foram em relação a expressões e palavras que no instrumento original não eram comuns para o contexto moçambicano. Todas as sugestões e recomendações tanto dos nativos quanto do comitê de especialistas para mudanças no instrumento foram analisadas e consideradas no instrumento onde foi elaborado posteriormente a versão final (Prova de Consciência Fonológica por produção Oral: Versão moçambicana).

É importante ressaltar que apesar da prova apresentar evidências de validade de conteúdo, não foi possível realizar no mínimo um estudo piloto com a população alvo. Contudo, o instrumento demonstra relevância e está pronto para avaliar a CF na população moçambicana. Mas sugere-se que mais evidências de validade e precisão sejam realizadas em estudos posteriores com o instrumento, considerando que essas outras medidas são indispensáveis para que o instrumento seja preciso e se confiem nos seus resultados.



Todo o processo desenvolvido neste estudo foi realizado de maneira cuidadosa, sistematizada, satisfatória, respeitando os valores socioculturais da população brasileira e moçambicana. E acompanhou todas as etapas preconizadas tendo se cumprido assim os objetivos estabelecidos. Espera-se que este estudo seja uma etapa fundamental no processo de adaptação cultural cujo objetivo final é de usar a prova no contexto moçambicano para avaliar habilidades preditoras para o desempenho acadêmico das crianças pré escolares. As próximas etapas a serem seguidas terão como objetivo produzir um instrumento cujas propriedades psicométricas mostrem-se válidas e confiáveis nesse campo de conhecimento, para além de que sejam realizados estudos de normatização para a população moçambicana. E que o estudo traga muitos benefícios para toda a população por conta da sua importância a nível social, educacional e científica.

Por outro lado, embora a PCFO adaptada tenha apresentado ótimas evidências de validade de conteúdo, vale ressaltar que a proposta inicial do projeto, que envolveria um estudo piloto com crianças pré-escolares moçambicanas numa instituição de ensino infantil, não foi realizada por conta da pandemia do novo corona vírus que assolou o planeta justamente na época das coletas de dados.

Aliado a este fato, algumas limitações do estudo precisam ser consideradas. A primeira porque esta etapa de validação é considerada subjetiva por envolver opiniões de especialistas. Isto faz com que sejam necessários outros estudos de evidências como por exemplo: validade de face, de critério, construto e estudos de fidedignidade. A segunda é o fato de que neste processo, há sempre uma necessidade de interação entre os membros do comitê de juízes, onde cada membro realiza uma avaliação inicial independente e depois se reúne com os demais para chegarem a uma posição consensual das adaptações. Tal fato não aconteceu nesta pesquisa, porque todo o processo foi realizado por meio do correio eletrônico, o que pode ter dificultado provavelmente algumas discussões sobre a adaptação.

A terceira é que embora tenham se realizados ajustes das palavras do português falado no Brasil para o português falado em Moçambique, por se tratar de um instrumento que avalia CF, não foi realizado um controle em relação a componentes ou composição fonológica das palavras adaptadas, sugerindo se assim que nos próximos estudos seja controlado este aspecto fundamental. A quarta e última, está

relacionada a pouca literatura existente para estudos de adaptação cultural, onde o contexto de origem do instrumento e o contexto de destino falam o mesmo idioma, embora a literatura aponte a importância e necessidade desses estudos, principalmente em casos de população imigrante morando num determinado contexto.

Contudo, apesar das limitações, espera-se que todo o processo de busca de evidências de validade de conteúdo do instrumento, tenha contribuído para além da disponibilidade do instrumento para a realidade moçambicana. Para o setor de educação especificamente, este estudo é muitíssimo relevante, principalmente para avaliação, estimulação e intervenção em habilidades consideradas fundamentais para o desempenho acadêmico em crianças durante a fase pré-escolar.

Tendo em conta que as habilidades metalinguísticas e fonológicas são fundamentais para o desempenho acadêmico, espera-se que com a existência de um instrumento para a realidade moçambicana que avalie a CF, haja uma reflexão e debate profundo por parte do setor de educação sobre a importância da habilidade em crianças pré-escolares moçambicanas. Espera-se que com a difusão desse conhecimento, gradativamente sejam introduzidas atividades lúdicas e curriculares contemplando a CF nos serviços de primeira infância e principalmente em creches e jardins de infância de Moçambique. Para além de que mais estudos da área sejam conduzidos para mostrar a importância da habilidade para crianças antes da sua entrada no ensino formal.

Finalmente, pensando nas contribuições e desafios para dificuldades de aprendizagem nos alunos moçambicanos, estudos como estes mostrando propostas baseadas em evidências científicas, podem se mostrar muito importantes para o bom desempenho acadêmico e conseqüentemente reduzir os índices e níveis de dificuldades de aprendizagem que têm sido cada vez mais reportados no contexto moçambicano.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. M. C. et al. A confiabilidade no desenvolvimento e avaliação de instrumentos de medida na área da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 802–809, 2013.
- ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3061–3068, jul. 2011.
- ALMEIDA, S. T. DE. **Tradução, adaptação cultural e validação da versão em português do Brasil do selection, optimization and compensation questionnaire (SOCQ) para uso entre idosos sedentários e atletas master**. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013.
- ALPIREZ, L. A. et al. Validação de conteúdo de instrumento de avaliação do recém-nascido. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 31, n. 2, p. 123–129, 2018.
- ALVAREZ, A. M. M. A.; CARVALHO, I. A. M.; CAETANO, A. L. **Perfil de habilidades fonológicas**. 2a. ed. São Paulo: Via Lettera, 2004.
- AMAYA, M. R. et al. **Construção e validação de conteúdo de checklist para a segurança do paciente em emergência** *Revista Gaúcha de Enfermagem*scielo, , 2016.
- ANASTASI, A.; URBINA, S. **Testagem psicológica**. 7a. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BARRERA, S. D.; MALUF, M. R. Consciência Metalingüística e Alfabetização : Um Estudo com Crianças da Primeira Série do Ensino Fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 491–502, 2003.
- BAUSEWEIN, C. et al. Validation and clinical application of the german version of the palliative care outcome scale. **Journal of Pain and Symptom Management**, v. 30, n. 1, p. 51–62, 2005.
- BEATON, D. E. et al. Guidelines for the Process of Cross-Cultural Adaptation of Self-Report Measures. **Spine**, v. 25, n. 24, p. 3186–3191, 2000.
- BITTENCOURT, H. R. et al. Desenvolvimento e validação de um instrumento para avaliação de disciplinas na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 22, n. 48, p. 91–113, 2011.
- BLOMERT, C.; CSÉPE, V. Psychological foundations of reading acquisition and assessment. In: BLOMERT, C.; CSÉPE, V. (Eds.). . **Framework for diagnostic assessment of reading**. 1. ed. Nemzeti Tankönyvkiadó Budapest: Sanoma company, 2012.
- BOUZA, M. D. et al. Eficacia de un entrenamiento en Funciones Ejecutivas sobre las Habilidades. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, v. Extr, n. 9, 2015.
- CANO, S. J. et al. Patient-based outcomes of cervical dystonia: A review of rating scales. **Movement Disorders**, v. 19, n. 9, p. 1054–1059, 2004.
- CANO, S. J.; HOBART, J. C. The problem with health measurement. **Patient Preference and Adherence**, v. 5, p. 279–290, 2011.
- CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Prova de consciência fonológica: desenvolvimento de dez habilidades da pré-escola à segunda série. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 7, n. 37, p. 14–20, 1998.

- CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Efeitos do treino de consciência fonológica em crianças com baixo nível sócio-econômico. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 13, n. 1, p. 07–24, 2000a.
- CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica**. São Paulo: Memnon, 2000b.
- CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C.; SILVEIRA, F. B. O desenvolvimento da consciência fonológica, correlações com leitura e escrita e tabelas de standardização. **Ciência Cognitiva: Teoria, Pesquisa e Aplicação**, v. 2, n. 3, p. 113–160, 1998.
- CAPOVILLA, A. G. S.; DIAS, N. M. N. M.; MONTIEL, J. M. Desenvolvimento dos componentes da consciência fonológica no ensino fundamental e correlação com nota escolar. **Psico-USF**, v. 12, n. 1, p. 55–64, 2007.
- CAPOVILLA, A. S. G.; CAPOVILLA, F. C.; SUITER, I. Processamento cognitivo em crianças com e sem dificuldades de leitura. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 449–458, 2004.
- CARDOSO-MARTINS, C.; MICHALICK, M. F.; POLLO, T. C. Is sensitivity to rhyme a developmental precursor to sensitivity to phoneme?: Evidence from individuals with Down syndrome. n. 1990, p. 439–454, 2002.
- CHEN, C. M. et al. Measuring Quality of Life in Oncologic Breast Surgery: A Systematic Review of Patient-Reported Outcome Measures. **Breast Journal**, v. 16, n. 6, p. 587–597, 2010.
- CHUNG, S. C. et al. Learning to read in English and French: Emergent readers in French immersion. **Topics in Language Disorders**, v. 37, n. 2, p. 136–153, 2017.
- CIESIELSKI, E. J. M.; CREAGHEAD, N. A. The Effectiveness of Professional Development on the Phonological Awareness Outcomes of Preschool Children: A Systematic Review. **Literacy Research and Instruction**, v. 59, n. 2, p. 121–147, 2020.
- COLUCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 925–936, 2015.
- COOK, D. A.; BECKMAN, T. J. Current concepts in validity and reliability for psychometric instruments: Theory and application. **American Journal of Medicine**, v. 119, n. 2, p. 166.e7-166.e16, 2006.
- DAVIS, L. L. Instrument review: Getting the most from a panel of experts. **Applied Nursing Research**, v. 5, n. 4, p. 194–197, 1992.
- DE MICHELI, D. **Uso de drogas por adolescentes: adaptação e validação de um instrumento de triagem (DUSI) e estudo das razões do uso inicial**. Tese (Doutorado em Ciências)- Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2000.
- DEVON, H. A. et al. A psychometric toolbox for testing validity and reliability. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 39, n. 2, p. 155–164, 2007.
- DIAS, N. M. et al. Evidências de validade e fidedignidade da Prova de Consciência Fonológica por produção Oral. In: SEABRA, A. G.; DIAS, N. M. (Eds.). . **Avaliação Neuropsicológica Cognitiva : Linguagem oral**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2013. p. 110–116.
- DIAS, N. M.; TREVISAN, B. T.; SEABRA, A. G. Dados normativos da Prova de Consciência Fonológica por produção Oral. In: SEABRA, A. G.; DIAS, N. M. (Eds.). . **Avaliação Neuropsicológica Cognitiva: Linguagem Oral**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2012. p. 109–115.
- DIAS, N. M.; TREVISAN, B. T.; SEABRA, A. G. Dados normativos da Prova de Consciência

Fonológica por produção Oral. In: SEABRA, A. G.; DIAS, N. M. (Eds.). . **Avaliação Neuropsicológica Cognitiva : Linguagem oral**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2013.

EASTERN AFRICA CONSORTIUM FOR MONITORING EDUCATION QUALITY-SAQMEC. **Monitoring the Quality of Education in Schools: Examples of Feedback**. Maputo: Mozambique, 2007.

EASTERN AND SOUTHERN AFRICA REGIONAL REPORT: ESAR. **All Children in School by 2015. Global Initiative on Out-of-School Children**. Maputo: UNESCO, UNICEF, 2013.

ECHVARRÍA-GUANILO, M. E.; GONÇALVES, N.; ROMANOSKI, P. J. Propriedades psicométricas de instrumentos de medidas: Bases conceituais e métodos de avaliação - parte II. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 28, n. 4, p. 1–14, 2019.

FARIA, A. P.; TORTELLA, J. C. Afetividade e dificuldades de aprendizagem: compreendendo conceitos e sua inter-relação no dia a dia da sala de aula. **Cadernos da Pedagogia**, v. 8, n. 16, p. 15–27, 2015.

FAYER, P.; MACHIN, D. **Quality of Life: Measurement in nursing and health research**. 5a ed ed. New York, NY: Springer, 2007.

FERREIRA, P.; PINTO, A. Medir qualidade de vida em cuidados paliativos. **Acta Med Port.**, v. 21, n. 2, p. 111–124, 2008.

FIGUEIRA, A. P. C.; BOTELHO, A. R. Consciência fonológica e desempenho geral na leitura . Que relação? Estudo com alunos dos 2º e 3º anos de escolaridade. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 12, n. 1, p. 48–63, 2017.

FONSECA, R. P. et al. Adaptação de Instrumentos Neuropsicológicos Verbais: Um Fluxograma de Procedimentos para Além da Tradução. **Interação em Psicologia**, v. 15, p. 59–69, 2011.

FRANCISCO, A. **Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes no PCSS-Lusófonos – Relatório de Moçambique**. Mocambique: 2015

FREITAS, S. et al. Tradução e adaptação para o português da Escala de Compulsão Alimentar Periódica Translation and adaptation into Portuguese of the Binge-Eating Scale. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 23, n. 4, p. 215–20, 2001.

FUNDAÇÃO AGA KHAN. **Uso efectivo do tempo nas escolas de Cabo Delgado**. Pemba. Moçambique: Aga Khan, 2011.

GAIOLAS, M. S.; MARTINS, M. A. Conhecimento metalinguístico e aprendizagem da leitura e da escrita. **Análise Psicológica**, v. 35, n. 2, p. 117–124, 5 jun. 2017.

GJERSING, L.; CAPLEHORN, J. R.; CLAUSEN, T. Cross-cultural adaptation of research instruments: Language, setting, time and statistical considerations. **BMC Medical Research Methodology**, v. 10, n. 13, p. 1–10, 2010.

GRANT, J. S.; DAVIS, L. L. Selection and use of content experts for instrument development. **Research in Nursing & Health**, v. 20, n. 3, p. 269–274, 1997.

GRASSI-OLIVEIRA, R.; STEIN, L. M.; PEZZI, J. C. Tradução e validação de conteúdo da versão em português do Childhood Trauma Questionnaire. **Revista de saude publica**, v. 40, n. 2, p. 249–55, 2006.

GUILLEMIN, F. Cross-cultural adaptation and validation of health status measures. **Scandinavian Journal of Rheumatology**, v. 24, n. 2, p. 61–63, 1995.

- GUILLEMIN, F.; BOMBARDIER, C.; BEATON, D. Cross-cultural adaptation of health-related quality of life measures: literature review and proposed guidelines. **J Clin Epidemiol**, v. 46, n. 12, p. 1417–32, 1993.
- HAMBLETON, R. K. The Next Generation of the ITC Test Translation and Adaptation Guidelines. **European Journal of Psychological Assessment**, v. 17, n. 3, p. 164–172, 2001.
- HAMBLETON, R. K.; ZENISKY, A. L. Translating and Adapting Tests for Cross-Cultural Assessments. In: MATSUMOTO, D.; VAN DE VIJVER, F. J. R. (Eds.). . **Cross-Cultural Research Methods in Psychology**. Culture and Psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 46–70.
- HEFFELFINGER, A. K.; KOOP, J. I. A description of preschool neuropsychological assessment in the P.I.N.T. clinic after the first 5 years. **The Clinical Neuropsychologist**, v. 23, n. 1, p. 51–76, 2009.
- HONÓRIO, R. P. P.; CAETANO, J. Á.; ALMEIDA, P. C. DE. Validação de procedimentos operacionais padrão no cuidado de enfermagem de pacientes com cateter totalmente implantado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 5, p. 882–889, 2011.
- HUNT, S. M. et al. Cross-cultural adaptation of health measures. **Health Policy**, v. 19, n. 1, p. 33–44, 1991.
- HYRKÄS, K.; APPELQVIST-SCHMIDLECHNER, K.; OKSA, L. Validating an instrument for clinical supervision using an expert panel. **International Journal of Nursing Studies**, v. 40, n. 6, p. 619–625, 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: INDE. **Provinha: Já sei ler**. Maputo: Ministério da Educação, 2012.
- INTERNATIONAL TEST COMMISSION. **Diretrizes do ITC para tradução e adaptação de testes** International Test Commission, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA-INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017 Resultados Definitivos – Moçambique**. Maputo: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.
- JORDAN, J.; WYLIE, J.; MULHERN, G. Phonological awareness and mathematical difficulty : A longitudinal perspective. **British Journal of Developmental Psychology**, v. 28, p. 89–107, 2010.
- KELLY, R. et al. Modelo de validação de conteúdo de Pasquali nas pesquisas em Enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 4, p. 127–135, 2015.
- KIMBERLIN, C. L.; WINTERSTEIN, A. G. Validity and reliability of measurement instruments used in research. **American Journal of Health-System Pharmacy**, v. 65, n. 23, p. 2276–2284, 2008.
- KING, M. B.; BHUGRA, D. Eating disorders: lessons from a cross-cultural study. **Psychological Medicine**, v. 19, n. 4, p. 955–958, 1989.
- KNAPP, T. R.; BROWN, J. K. Ten measurement commandments that often should be broken. **Research in nursing & health**, v. 18, n. 5, p. 465–469, 1995.
- LAGE, L. V.; LEVY, R. A.; CICONELLI, R. M. Instrumentos de avaliação em reumatologia: importância de sua tradução e validação para nosso idioma. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 46, n. 4, p. 237–237, ago. 2006.

- LEE, Y. H. et al. Epidemiology of eating disordered symptoms in the Korean general population using a Korean version of the Eating Attitudes Test. **Eating and weight disorders : EWD**, v. 3, n. 4, p. 153–161, 1998.
- LUCCA, S. A. DE; MANCINE, M. S.; DELL AGLI, B. A. V. Dificuldade de aprendizagem: contribuições da avaliação neuropsicológica. **Revista Científica da UNIFAE**, v. 2, n. 1, p. 32–42, 2008.
- LYNN, M. R. Determination and Quantification of Content Validity. **Journal of Experimental Psychology**, v. 136, n. 1, p. 382–386, 1986.
- MACDONALD, G. W.; CORNWALL, A. The Relationship Between Phonological Awareness and Reading and Spelling Achievement Eleven Years Later. **Journal of Learning Disabilities**, v. 28, n. 8, p. 523–527, 1995.
- MECCA, T. P.; ANTONIO, D. A. M.; MACEDO, E. C. DE. Desenvolvimento da inteligência em pré-escolares: implicações para a aprendizagem. **rev. Psicopedagogia**, v. 29, n. 88, p. 66–73, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MINED. **Balço do Aproveitamento Escolar**. Maputo: Ministério da Educação, 2012.
- MOOJEN, S. et al. **CONFIAS-Consciência fonológica: instrumento de avaliação sequencial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- MORAIS, J. G. O. DE. **Geopolítica e História Econômica das relações Brasil-Moçambique: a longa duração e a inflexão no governo Lula**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2019.
- MORSE, J. M. **Janice Example of Methods.pdf Nursing Research**, 1991.
- MOURA, E. et al. Validação de jogo educativo destinado à orientação dietética de portadores de diabetes mellitus. **Rev. Aps**, v. QQ, n. 4, p. 435–443, 2008.
- NHAMPOSSA, C. D. J. Projecto “Turma Mais”: proposta de combate ao insucesso escolar na Matemática no Ensino Básico Moçambicano. **UDZIWI, Revista de Educação da Universidade Pedagógica**, v. 30, n. 9, p. 42–59, 2018.
- O’CONNOR, K. M.; MALAK, B. Translation and cultural adaptation of the TIMSS instruments. In: MARTIN, M. O.; GREGORY, K. D.; STEMLER, S. E. (Eds.). **TIMSS 1999 technical report**. MA: Boston: Chestnut Hill, 2000. p. 89–100.
- OLIVEIRA, F. A. DE et al. A avaliação educacional em Moçambique. **Pesquisa e Debate em Educação**, p. 132–142, 2012.
- PASQUALI, L. Medida psicométrica. Brasília: INEP; p.73-115. In: PASQUALI, L. (Ed.). **Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento**. Brasília-DF: INEP, 1996. p. 73–115.
- PASQUALI, L. **Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação**. 5a ed. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.
- PASQUALI, L. Psychometrics. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 43, n. Special Issue, p. 992–999, 2009.
- PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PASQUALI, L. **Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação**. 5a. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

PASTÉN, L. E.; TAVERNER, R. M.; FERNÁNDEZ, A. Y. Conciencia fonológica y resolución de problemas matemáticos en educación infantil. **Revista de Logopedia, Foniatria y Audiología**, v. 38, n. 2, p. 61–68, 2018.

PAZETO, T. DE C. B. **Predição de leitura, escrita e matemática no ensino fundamental por funções executivas, linguagem oral e habilidades iniciais de linguagem escrita na educação infantil**. Tese (Doutorado em Distúrbios de Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2016.

PAZETO, T. DE C. B. et al. Prediction of arithmetic competence: role of cognitive abilities, socioeconomic variables and the perception of the teacher in Early Childhood Education. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 225–236, 2019.

PEDREIRA, R. B. S. et al. Validade de conteúdo do Instrumento de Avaliação da Saúde do Idoso. **Einstein (Sao Paulo, Brazil)**, v. 14, n. 2, p. 158–177, 2016.

PESTUN, M. S. V. Consciência fonológica no início da escolarização e o desempenho ulterior em leitura e escrita: estudo correlacional. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 407–412, 2005.

PETTER, M. M. T. O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano. **VEREDAS (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas)**, p. 61–81, maio 2008.

PETTER, M. M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. **PAPIA - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 19, n. 1, p. 201–220, 2009.

PIERI, R. D. V. et al. Adaptação Transcultural e Validação de Conteúdo do Questionário de Coesão no Esporte Infantil para o Português do Brasil. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 6, n. 2, p. 14–25, 2017.

PINTO, F. L. F. Prática da educação pré-escolar em Moçambique: princípios norteadores da educação pré-escolar e atitude pedagógica do educador pré-escolar. In: EDUCAR-UP (Ed.). **Educação para a Infância em Moçambique: do papel da família à intervenção pedagógica**. Maputo: Benedito Sapane, 2017. p. 54–63.

PITTMAN, J.; BAKAS, T. Measurement and instrument design. **Journal of Wound, Ostomy and Continence Nursing**, v. 37, n. 6, p. 603–607, 2010.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. The content validity index: are you sure you know what's being reported? Critique and recommendations. **Research in nursing & health**, v. 29, n. 5, p. 489–497, 2006.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

POLIT, D.; YANG, F. **Measurement and the measurement of change**. Philadelphia (US): Wolters Kluwer, 2016.

RAMÍREZ, L. et al. Versão espanhola da escala de atitudes frente ao álcool (eafaa): validação de conteúdo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 2, p. 360–365, 2017.

RATO, J. R.; CALDAS, A. C. Competências matemáticas emergentes: Avaliação neuropsicológica de crianças em idade pré-escolar. **VII Simpósio Nacional de Investigação**



em **Psicologia**, p. 607–625, 2010.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Lei do Sistema Nacional de Educação, 6 de Maio de 1992**. Número 19, ed. Maputo: Boletim da República, 1992.

RISSO, A. et al. Un análisis de las relaciones entre funciones ejecutivas , lenguaje y habilidades matemáticas. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, v. Ext, n. 9, 2015.

ROACH, K. E. Measurement of health Outcomes: Reliability, validity and responsiveness. **Journal of Prosthetics and Orthotics**, v. 18, n. 6 Proceedings, p. 8–12, 2006.

ROSA, J. A.; HELENA, S.; BLATTNER, B. Validação De Conteúdo De Um Instrumento De Avaliação Socioeconômica No Âmbito Do Serviço Social Content Validation of an Instrument of Socio-Economic Assessment Within the Social Service. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, v. 19, n. 36, p. 1–28, 2015.

RUBIO, D. M. et al. Objectifying content validity: Conducting a content validity study in social work research. **Social work research**, v. 27, n. 2, p. 94–104, 2003.

SACCANI, R. **Validação Da Alberta Infant Motor Scale Para Aplicação No Brasil: Análise Do Desenvolvimento Motor E Fatores De Risco Para Atraso Em Crianças De 0 a 18 Meses**. Dissertação (Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2009.

SALMOND, S. S. Evaluating the Reliability and Validity of Measurement Instruments. **Orthopaedic Nursing**, v. 27, n. 1, p. 28–30, 2008.

SANTOS, A. A. A. A influência da consciência fonológica na aquisição da leitura e da escrita. In: SISTO, F. F. et al. (Eds.). . **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 213–247.

SANTOS, A. A. A. DOS et al. Habilidades linguísticas: a relação entre a consciência fonológica e a escrita. **Estud. pesqui. psicol.**, v. 17, n. 2, p. 575–594, 2017.

SANTOS, M. J. DOS; BARRERA, S. D. Impacto do treino em habilidades de consciência fonológica na escrita de pré-escolares. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 93–102, abr. 2017.

SEABRA, A. G.; CAPOVILLA, F. C. **Problemas de leitura e escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica**. 6. ed. São Paulo: Memnon, 2011.

SEABRA, A. G.; CAPOVILLA, F. C. Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral Linguagem oral. In: SEABRA, A. .; DIAS, N. M. (Eds.). . **Avaliação Neuropsicológica Cognitiva**. São Paulo: Memnon, 2012.

SELBY-HARRINGTON, M. L. et al. Reporting of instrument validity and reliability in selected clinical nursing journals, 1989. **Journal of Professional Nursing**, v. 10, n. 1, p. 47–56, 1994.

SHANAHAN, T.; LONIGAN, C. J. The National Early Literacy Panel: A Summary of the Process and the Report. **Educational Researcher**, v. 39, n. 4, p. 279–285, 2015.

SILVEIRA, M. B. et al. Construção e validade de conteúdo de um instrumento para avaliação de quedas em idosos. **Einstein (Sao Paulo, Brazil)**, v. 16, n. 2, p. 1–8, 2018.

SIM-SIM, I. **Desenvolvimento da linguagem**. Lisboa: Lisboa Editora, 1998.

SOUZA, A. C. DE et al. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação

da confiabilidade e da validade. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 36, n. 1, p. 3–15, 2017.

STANSFIELD, C. W. Test translation and adaptation in public education in the USA. **Language Testing**, v. 20, n. 2, p. 189–207, 2003.

STEFANINI, M. R. et al. Desempenho em consciência fonológica por crianças com transtorno fonológico: comparação de dois instrumentos. **Revista CEFAC**, v. 15, n. 5, p. 1227–1235, 2013.

STREINER, D. L.; NORMAN, G. R. **Health measurements scales: a practical guide to their development and use**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1995.

SUEHIRO, A. C. B.; SANTOS, A. A. A. DOS. Compreensão de leitura e consciência fonológica: evidências de validade de suas medidas. **Estudos de Psicologia**, v. 32, n. 2, p. 201–212, 2015.

TENÓRIO, S. M. P. DA C. P.; ÁVILA, C. R. B. DE. Processamento fonológico e desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental. **Revista CEFAC**, v. 14, n. 1, p. 30–38, 2012.

TILDEN, V. P.; NELSON, C. A.; MAY, B. A. Use of qualitative methods to enhance content validity. **Nursing Research**, v. 39, n. 3, p. 172–175, 1990.

TIMBANE, A. A. O ensino da língua portuguesa em moçambique e a problemática da formação de professores primários. **Revista do Difere**, v. 4, n. June 2014, p. 1–21, 2016.

TISSER, L. **Avaliação Neuropsicológica Infantil**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2017.

TPC MOÇAMBIQUE. **Será que as nossas crianças estão a aprender? Relatório anual sobre a aprendizagem em Moçambique (fase piloto, província de Nampula, 2016)**. Nampula: Elográfico, 2017.

TREIMAN, R. Phonological awareness and its roles in learning to read and spell. In: **Phonological awareness in reading**. New York: Springer, 1991. p. 159–189.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos - EPT 2007 – Relatório Conciso. Bases Sólidas: Educação e Cuidados na Primeira Infância**. Brasília: UNESCO, 2007.

VIBULPATANAVONG, K.; EVANS, D. Phonological awareness and reading in Thai children. **Reading and Writing**, v. 32, n. 2, p. 467–491, 2019.

VITURI, D. W.; MATSUDA, L. M. Validação de conteúdo de indicadores de qualidade para avaliação do cuidado de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 43, n. 2, p. 429–437, 2009.

WALTZ, C.; STRICKLAND, O.; LENZ, E. **Measurement in Nursing and Health Research**. 5a ed ed. New York, NY: Springer, 2017.

WISE, N.; D'ANGELO, N.; CHEN, X. A school-based phonological awareness intervention for struggling readers in early French immersion. **Reading and Writing**, v. 29, n. 2, p. 183–205, 2016.

WYND, C. A.; SCHMIDT, B.; SCHAEFER, M. A. Two quantitative approaches for estimating content validity. **Western Journal of Nursing Research**, v. 25, n. 5, p. 508–518, 2003.

## APÊNDICE

### Apêndice A - Carta de pedido de autorização para os autores da PCFO

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento

São Paulo 13 de junho de 2019

Saudações acadêmicas prezados!

Profa. Dr<sup>a</sup> Alessandra Gotuzo Seabra e Prof. Dr. Fernando César Capovilla

**Assunto: Pedido de autorização para adaptação cultural da Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral**

Os pesquisadores Gérson Obede Estêvão Muitana (Estudante) e Profa. Dr<sup>a</sup> Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato (Orientadora), do programa de Pós Graduação em Distúrbios de Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, pretendem conduzir um projeto de Mestrado para Adaptação Cultural da Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral (PCFO) em pré-escolares de Moçambique. Para tal, os pesquisadores vêm encarecidamente solicitar a autorização dos autores para que seja feito o processo de adaptação cultural do instrumento para a população daquele país. Na expectativa de um parecer favorável, desde já agradecemos pela disponibilidade.

Atenciosamente.



Gérson Muitana



Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato

Autorizo tradução e adaptação cultural da PCFO.



## Apêndice B - Questionário de Equivalência semântica para nativos

### Questionário de equivalência semântica da PCFO -Versão para moçambicanos-

Nome: \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Grau académico \_\_\_\_\_  
 Curso \_\_\_\_\_ local de estudo \_\_\_\_\_

**Instrução:** Por favor, leia a Prova de Consciência Fonológica por produção Oral e assinale com um “X” o item que melhor se adequa a sua avaliação tendo em conta o vocabulário e expressões habituais do português de Moçambique.

A prova é aplicada a crianças de 3 a 14 anos de idade

#### Parte I

Dados da prova, Instruções para aplicação e pontuação			
Avaliação			Sugestões e comentários
Bom	Regular	Péssimo	

#### Parte II

Prova: Síntese silábica				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
Prova: Síntese Fonêmica				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
Prova: Rima				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				

Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
<b>Prova: Aliteração</b>				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
<b>Prova: Segmentação Silábica</b>				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
<b>Prova: Segmentação Fonêmica</b>				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
<b>Prova: Manipulação Silábica</b>				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				
Treino 1				
Treino 2				
Teste 1				
Teste 2				
Teste 3				
Teste 4				
<b>Prova: Manipulação Fonêmica</b>				
Itens	Avaliação			Sugestões e comentários
	Bom	Regular	Péssimo	
Instrução				



## Apêndice C - Interface do questionário de juízes e especialistas

Questionário para análise dos itens da PCFO -Versão      Enviar

Perguntas Respostas 4



Seção 1 de 2

### Questionário para análise dos itens da PCFO -Versão para Juízes e Especialistas moçambicanos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Exemplo do subtteste Rima

RIMA: A criança deve julgar, dentre três palavras, quais são as duas que terminam com o mesmo som. \*

	1	2	3	4
Compreensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Objetividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contextualização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Instruções: Vou dizer três palavras, duas terminam com o mesmo som, e uma termina com um som diferente. Diga quais são as duas que terminam com o mesmo som. \*

	1	2	3	4
Compreensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Objetividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## Apêndice D - PCFO: Versão Moçambicana

### Prova de Consciência Fonológica por produção Oral (PCFO): versão moçambicana

Autores: Alessandra Gotuzo Seabra e Fernando César Capovilla

Adaptado por: Gérson Muitana

**Aplicação:** Individual.

**Material:** Folha de Aplicação e Folha de Registo de Respostas.

**Quem pode aplicar:** Psicólogos, Neuropsicólogos, Pedagogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos e profissionais afins das áreas de saúde e educação.

**Público-alvo:** crianças e adolescentes de 3 até 14 anos.

#### Instruções para aplicação e pontuação:

Tenha em mãos a Folha de Aplicação da PCFO. Ela traz instruções detalhadas sobre como apresentar a tarefa à criança, além de treinos e os itens de teste propriamente. Na Folha de Registo de Respostas, a cada item, pontue o desempenho do avaliado. Para cada resposta correcta atribua 1 ponto; para respostas incorrectas atribua 0 ponto. Metade da pontuação (0,5), pode ser atribuída nos casos em que a criança ofereceu uma resposta parcialmente correcta (por exemplo, na segmentação fonêmica, se a criança segmenta parte dos fonemas correctamente, como em /casa/ → /c/ /asa/).

É possível repetir ao examinando uma vez cada item, se necessário. A pontuação total no instrumento equivale à soma dos itens correctos, sendo o máximo possível de 40 pontos. É possível também analisar o desempenho da criança nos subtestes específicos que compõem a PCFO.



Prova de Consciência Fonológica por produção Oral: versão  
moçambicana

**Folha de Aplicação**  
(Seabra & Capovilla)  
(Gérson Muitana)

**Síntese Silábica:** A criança deve *unir as sílabas* faladas pelo aplicador e dizer *qual é a palavra que resulta dessa união*.

*Instruções:* Vamos jogar o jogo do robô, eu vou fazer de conta que sou um robô que fala as partes (sílabas) das palavras lentamente (com taxa de uma sílaba por segundo), e a sua tarefa é de adivinhar o que o robô está a falar.

*Treino:* que palavra resulta da união de:

/pa/ - /pel/;

/pro/ - /fe/ - /sso/ - /ra/.

*Teste:* que palavra resulta da união de:

/lan/ - /che/ → /lanche/;

/ca/ - /ne/ - /ta/ → /caneta/;

/pe/ - /dra/ → /pedra/;

/bi/ - /ci/ - /cle/ - /ta/ → /bicicleta/.

**Síntese Fonêmica:** A criança deve *unir os fonemas* falados pelo aplicador e dizer *qual é a palavra que resulta dessa união*.

*Instruções:* Vamos jogar novamente o jogo do robô, mas agora eu vou falar os sons (fonemas) das palavras lentamente (com taxa de uma sílaba por segundo), e a sua tarefa é de adivinhar o que o robô está a falar.

*Treino:* que palavra resulta da união de:

/f/ - /o/ - /i/;

/l/ - /a/ - /ç/ - /o/.

*Teste:* que palavra resulta da união de:

/s/ - /ó/ → /só/;

/m/ - /ã/ - /e/ → /mãe/;

/g/ - /a/ - /t/ - /o/ → /gato/;

/c/ - /a/ - /r/ - /o/ → /carro/.

**Rima:** A criança deve julgar, dentre três palavras, quais são as duas que *terminam com o mesmo som*.

*Instruções:* Vou dizer três palavras, duas terminam com o mesmo som, e uma termina com um som diferente.

Diga quais são as duas que terminam com o mesmo som.

*Treino:* quais palavras terminam com o mesmo som:

/bolo/, /mala/, /rolo/ → /bolo/, /rolo/;

/baleia/, /areia/, /coroa/ → /baleia/, /areia/.

*Teste:* quais palavras terminam com o mesmo som:

/mão/, /pão/, /só/ → /mão/, /pão/;

/queijo/, /moça/, /beijo/ → /queijo/, /beijo/;

/peito/, /filha/, /pilha/ → /filha/, /pilha/;

/até/, /bola/, /maré/ → /até/, /maré/.

**Aliteração:** A criança deve julgar, dentre três palavras, quais são as duas que *começam com o mesmo som*.

*Instruções:* Vou dizer três palavras, duas começam com o mesmo som, e uma começa com um som diferente.

Diga quais são as duas que começam com o mesmo som.

*Treino:* quais palavras começam com o mesmo som:

/fama/, /faca/, /vila/ → /fama/, /faca/;

/escola/, /menino/, /estrada/ → /escola/, /estrada/.

*Teste:* quais palavras começam com o mesmo som:

/bota/, /rato/, /raiz/ → /rato/, /raiz/;

/colar/, /fama/, /coelho/ → /colar/, /coelho/;

/inveja/, /inchar/, /união/ → /inveja/, /inchar/;

/trabalho/, /mesa/, /trazer/ → /trabalho/, /trazer/.

**Segmentação Silábica:** A criança deve separar uma palavra falada pelo aplicador nas suas sílabas componentes.

*Instruções:* Voudizer uma palavra, e agora você é quem vai fingir ser o robô, a sua tarefa é de repetir a palavra bem devagar, falando cada parte separadamente.

*Treino:* separar as sílabas de:

/livro/ → /li/ - /vro/;

/cidade/ → /ci/ - /da/ - /de/.

*Teste:* separar as sílabas de:

/bola/ → /bo/ - /la/;

/lápiz/ → /lá/ - /pis/;

/machamba/ → /ma/ - /cham/ - /ba/;

/televisão/ → /te/ - /le/ - /vi/ - /são/.

**Segmentação Fonêmica:** A criança deve separar uma palavra falada pelo aplicador nos fonemas componentes.

*Instruções:* Vou dizer uma palavra, e você vai fingir ser o robô, a sua tarefa é de repetir a palavra bem devagar, mas agora vai falar as partes menores ainda da palavra, isto é, cada som separadamente.

*Treino:* separar os fonemas de:

/nó/ → /n/ - /ó/;

/dia/ → /d/ - /i/ - /a/;

*Teste:* separar os fonemas de:

/pé/ → /p/ - /é/;

/aço/ → /a/ - /ç/ - /o/;

/casa/ → /c/ - /a/ - /s/ - /a/;

/chave/ → /ch/ - /a/ - /v/ - /e/.

**Manipulação Silábica:** A criança deve acrescentar e tirar sílabas de palavras, e dizer qual é a palavra formada.

*Instruções:* A sua tarefa é dizer como fica uma palavra quando se coloca ou se tira um pedaço.

*Treino:*

acrescentar /rão/ ao fim de /cama/ → /camarão/;

tirar /sa/ do início de /sapato/ → /pato/.

*Teste:*

acrescentar /na/ ao fim de /per/ → /perna/;

tirar /ba/ do início de /bater/ → /ter/;

acrescentar /bo/ ao início de /neca/ → /boneca/;

tirar /da/ do fim de /salada/ → /sala/.

**Manipulação Fonêmica:** A criança deve acrescentar e tirar fonemas de palavras, e dizer qual é a palavra formada.

*Instruções:* A sua tarefa é dizer como fica uma palavra quando se coloca (ou se tira) um pedaço.

*Treino:*

acrescentar /r/ no fim de /come/ → /comer/;

tirar /p/ do início de /punha/ → /unha/.

*Teste:*

acrescentar /r/ no fim de /pisca/ → /piscar/;

tirar /f/ do início de /falta/ → /alta/;

acrescentar /c/ no início de /ouve/ → /couve/;

tirar /r/ do fim de /calor/ → /calo/.

**Transposição Silábica:** A criança deve inverter as sílabas de palavras e dizer qual é a palavra formada.

*Instruções:* A sua tarefa é falar uma palavra do fim para o início, invertendo as sílabas da palavra.

*Treino:* inverter as sílabas de:

/pata/ → /tapa/;

/mala/ → /lama/;

**Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral  
(PCFO) versão moçambicana preliminar**

**Folha de Registo de Respostas**

(Seabra & Capovilla)

Adaptado por: Gérson Muitana

Nome: \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_ Classe: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Pontuação Total \_\_\_\_\_

<b>Síntese Silábica</b>	<b>Resposta</b>	<b>Segmentação Fonêmica</b>	<b>Resposta</b>
1. lan - che		21. pé	
2. ca - ne - ta		22. aço	
3. pe - dra		23. casa	
4. bi - ci - cle - ta		24. chave	
<b>Síntese Fonêmica</b>	<b>Resposta</b>	<b>Manipulação Silábica</b>	<b>Resposta</b>
5. s - ó		25. per + na (no fim)	
6. m - ã - e		26. bater - ba	
7. g - a - t - o		27. neca + bo (início)	
8. c - a - rr - o		28. salada - da	
<b>Rima</b>	<b>Resposta</b>	<b>Manipulação Fonêmica</b>	<b>Resposta</b>
9. mão - pão - só		29. pisca + r (no fim)	
10. queijo - moça - beijo		30. falta - f	
11. peito - folha - bolha		31. ouça + l (início)	
12. até - bola - maré		32. calor - r	
<b>Aliteração</b>	<b>Resposta</b>	<b>Transposição Silábica</b>	<b>Resposta</b>
13. bota - rato - raiz		33. boca	
14. colar - fama - coelho		34. lobo	
15. inveja - inchar - união		35. toma	
16. trabalho - mesa - trazer		36. faço	
<b>Segmentação Silábica</b>	<b>Resposta</b>	<b>Transposição Fonêmica</b>	<b>Resposta</b>
17. bola		37. olá	
18. lápis		38. sala	
19. machamba		39. olé	
20. televisão		40. alisa	

## ANEXO

### Anexo A - Carta de aprovação do estudo pelo comitê de ética

UNIVERSIDADE  
PRESBITERIANA MACKENZIE



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Adaptação cultural da Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral (PCFPO):  
Estudo piloto para rastreamento de preditores de dificuldades de aprendizagem de pré-escolares de Moçambique

**Pesquisador:** Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 15548519.4.0000.0084

**Instituição Proponente:** INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.551.652

##### Apresentação do Projeto:

Dificuldades de aprendizagem, referem-se a um grupo heterogêneo de problemas, capazes de alterar as possibilidades de assimilação, aquisição do processo de ensino e aprendizagem de uma pessoa. São influenciadas por diversos fatores e ocorrem durante a aquisição ou desenvolvimento de competências principalmente na idade pré-escolar, por isso identificá-las precocemente, é de extrema importância. Estudos mostram que a habilidade de consciência fonológica é um preditor para um bom desempenho acadêmico e que nos pré-escolares é bastante fundamental para rastreamento de dificuldades de aprendizagem. Contudo em Moçambique não existe nenhum instrumento que avalia essa habilidade, o que dificulta a avaliação neuropsicológica nessa faixa etária. Portanto, pela necessidade importantíssima e urgente de instrumentos, o projeto tem por objetivo realizar adaptação cultural da versão brasileira da Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral (PCFPO) para rastreamento de preditores de dificuldades de aprendizagem de pré-escolares moçambicanos.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Realizar adaptação cultural da versão brasileira da Prova de Consciência Fonológica por Produção Oral para rastreamento de preditores de dificuldades de aprendizagem de pré-escolares moçambicanos

Específicos

**Endereço:** Rua Da Consolação nº896 - Ed João Calvino 4º andar sala 400

**Bairro:** HIGIENOPOLIS

**CEP:** 01.302-907

**UF:** SP

**Município:** SAO PAULO

**Telefone:** (11)2766-7615

**E-mail:** prpg.pesq.etica@mackenzie.br

UNIVERSIDADE  
PRESBITERIANA MACKENZIE



Continuação do Parecer: 3.551.652

Justificativa de Ausência	TCLE.docx	30/05/2019 13:22:54	Gerson Muitana	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	30/05/2019 13:19:27	Gerson Muitana	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.docx	29/05/2019 14:45:55	Gerson Muitana	Aceito
Folha de Rosto	PB.pdf	29/05/2019 12:46:24	Gerson Muitana	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO PAULO, 03 de Setembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**SOLANGE TELES DA SILVA**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Da Consolação nº896 - Ed João Calvino 4º andar sala 400  
**Bairro:** HIGIENOPOLIS **CEP:** 01.302-907  
**UF:** SP **Município:** SAO PAULO  
**Telefone:** (11)2766-7615 **E-mail:** prpg.pesq.etica@mackenzie.br